

**ACTA DA SEGUNDA SESSÃO
ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE COIMBRA
REALIZADA EM VINTE E SETE DE
ABRIL DE DOIS MIL E ONZE**

No dia vinte e sete de Abril de dois mil e onze teve lugar no Salão Nobre dos Paços do Município de Coimbra a primeira sessão ordinária de 2010 da Assembleia Municipal de Coimbra, convocada com a seguinte Ordem de Trabalhos:

- Ponto 1 - Tomada de Posse da Conselho Municipal de Segurança;**
- Ponto 2 - Intervenção do Presidente da Câmara;**
- Ponto 3 - Relatório de Gestão e Prestação Contas da Câmara Municipal de Coimbra relativos a 2010;**
- Ponto 4 - Relatório de Gestão e Prestação Contas dos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra relativos a 2010;**
- Ponto 5 - Inventário do Património Municipal de 2010;**
- Ponto 6 - Demonstrações Financeiras Consolidadas;**
- Ponto 7 - Pareceres do ROC;**
- Ponto 8 - Relatório e Contas do exercício de 2010 da Empresa Municipal-AC, Águas de Coimbra-tomar conhecimento;**
- Ponto 9 - Relatório e Contas do exercício de 2010 da Empresa Municipal Turismo de Coimbra - tomar conhecimento;**
- Ponto 10 - Relatório de Actividades de 2010 da Comissão Arbitral Municipal de Coimbra-tomar conhecimento;**
- Ponto 11 - Relatório de Actividades de 2010 da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Coimbra-tomar conhecimento;**
- Ponto 12 - 1ª Revisão Orçamental de 2011 dos SMTUC;**
- Ponto 13 - Regulamento da Estrutura Orgânica Nuclear da CMC;**
- Ponto 14 - Regulamento do Horário de Funcionamento dos Estabelecimentos Comerciais e Similares de Hotelaria no Município de Coimbra;**
- Ponto 15 - Taxa Municipal de Emissão de Certificados de Registo de Cidadão da EU - actualização;**
- Ponto 16 - Atribuição da Medalha de Ouro da Cidade à Escola Secundária José Falcão;**
- Ponto 17 - Prémio Municipal de Arquitectura "Diogo Castilho - indicação de representante da AM para o júri;**
- Ponto 18 - XIX Congresso da A. N. M. P. - eleição Presidente Junta Freguesia;**
- Ponto 19 - Empresa Municipal de Turismo - TC;**
- Ponto 20 - Coimbra Iparque - isenção de IMI;**
- Ponto 21 - Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado em Reabilitação Urbana "Coimbra Viva I";**
- Ponto 22 - Instituto de Desporto de Portugal - Piscina de Celas - renovação do direito de superfície.**

ADENDA

- Coimbra Inovação Parque - aumento de capital mediante a conversão de crédito;
- Concessão da Rede de Iluminação Pública no Município de Coimbra.

Participaram nesta sessão os seguintes deputados municipais:

Da Bancada “Por Coimbra” (PPD/PSD-CDS/PP-PPM):

Manuel Carlos Lopes Porto, António Alberto Maló de Abreu, Carlos Alberto Nunes da Silva, Miguel Jorge Pignatelli Ataíde Queiroz, Anabela Ponces Ferraz de Almeida Correia, Vasco Jorge Antunes da Cunha, Olinda Maria Martinho Gonçalves Sousa Rio, Filipe Alexandre Carrito Fernandes Vítor, Joana Margarida Alves Martins, João Francisco Lencastre Campos, Maria Helena Moura Ramos, Paulo Luís Cunha de Almeida, Fernando Jorge Soares Ferreira Neves e Hugo Filipe Martins Rodrigues.

Presidentes de Junta: Victor Manuel Martins Costa, Carlos Miguel Matias Lopes, José Manuel Nunes Filipe, José Luís Antunes Vicente, Emília Filomena Semedo Teixeira Santos, José Augusto Silva Simão, António Pinto dos Santos, Francisco Figueiredo Andrade, Manuel Joaquim Bera Peixoto Ferreira, Antonino de Moura Antunes, Hélio Sérgio Soares Paulino, Helder Rodrigues de Abreu, João Oliveira Torres Pardal, José Maria Barroca, Ricardo Luís Rodrigues e Artur Jorge de Almeida da Cunha Ferreira.

Da Bancada do Partido Socialista (PS):

Fernando Luís Almeida Torres Marinho, Isabel Maria Guerreiro Nobre Vargues, Jorge Manuel Monteiro Lemos, José Manuel Ferreira da Silva, André Luís Paiva Serra de Oliveira, Milene Catarina Pereira Cunha, Maria do Céu Grácio Zambujo Fialho, Carlos Rogério Antunes Pinto, José Manuel Gonçalves da Silva, António José Costa Sequeira Horácio José Campos Paz Santiago e Ana Paula Pinto Bravo.

Presidentes de Juntas de Freguesia: Alfredo Manuel Figueiredo Pereira, Júlio da Costa Retroz, Nuno Filipe Reis da Silva, Arménio Manuel Nabo Ferraz, Manuel Veloso da Costa, José Carlos Santos Clemente, Jorge Manuel Costa Veloso, José António Marques Cortesão e Fernando Manuel Sousa Pardal.

Faltou justificadamente o Presidente de Junta da Freguesia de Antuzede, Diamantino Jorge.

Da Bancada da Coligação Democrática Unitária (CDU):

Fernando Jaime Alves Martinho, João Carlos Pinto Ângelo, Isabel Margarida da Silva Fonseca e Maria Isabel Silva Pimenta.

Presidentes de Juntas de Freguesia: Jorge Espírito Santo Mendes, Carlos Alberto de Sousa Ferreira, Victor Manuel Alves Carvalho e José Luís Faria Pimenta.

Da Bancada do Bloco de Esquerda (BE):

Serafim José dos Santos Duarte e José João Jorge Mendes Lucas.

"Pina Prata, Agora Sim":

José Manuel Torres Farinha

Presenças da Câmara Municipal

Além do Presidente da Câmara João Paulo Lima Barbosa de Melo estiveram presentes os vereadores Maria José Azevedo Santos, João Gilberto Matos Orvalho, Luís Nuno Ranito da Costa Previdência., Carlos Manuel Dias Cidade, António Manuel Vilhena e Francisco José Pina Queirós.

Mesa:

Presidiu a sessão Manuel Carlos Lopes Porto que foi secretariado por Francisco Figueiredo Andrade, como Primeiro Secretário e Anabela Ponces Ferraz de Almeida Correia como Segunda Secretária.

O Presidente da Mesa da Assembleia iniciou a sessão quando eram quinze horas e trinta minutos.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento dos seguintes pedidos de suspensão de mandato nos termos do artº78º da Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro:

Deputado municipal Miguel José Ferros Reis da Fonseca, pelo período de 5 dias com início a 25 do corrente mês;

-Nos termos do nº1 art.º79º do mesmo diploma, foi contactado o cidadão imediatamente a seguir pelo partido pelo qual foram eleitos “CDS/PP” na lista aprovada pelo Tribunal da Comarca de Coimbra, tendo-se mostrado disponível para a respectiva substituição Fernando Jorge Soares Ferreira Neves

Deputado municipal António Moisés Geraldês da Silva, pelo período de 5 dias com início a 26 do corrente mês;

-Nos termos do nº1 art.º79º do mesmo diploma, foi contactado o cidadão imediatamente a seguir pelo partido pelo qual foram eleitos (Coligação “Por Coimbra”) na lista aprovada pelo Tribunal da Comarca de Coimbra, tendo-se mostrado disponíveis para a respectiva substituição Hugo Filipe Martins Rodrigues

-Deputado municipal Mário António dos Santos Carvalho, pelo período de 3 dias com início a 27 do corrente mês.

-Deputado municipal André Gonçalo Dias Pereira, pelo período de 5 com início a 25 do corrente mês.

Nos termos do nº1 art.º79º do mesmo diploma, foram contactados os cidadãos imediatamente a seguir pelo partido pelo qual foram eleitos (PS) “Partido Socialista”, na lista aprovada pelo Tribunal da Comarca de Coimbra, tendo-se mostrado disponíveis para as respectivas substituições Horácio José Campos Paz Santiago e Ana Paula Pinto Bravo.

Seguidamente e estando prevista para as 15 horas a tomada de posse do Conselho Municipal de Segurança deu-se início aos trabalhos.

Ponto 1 - Tomada de Posse da Conselho Municipal de Segurança:

Tomada de Posse
Conselho Municipal de Segurança

Nos termos do artigo 9º da Lei nº33/98 de 18 de Julho, perante esta Assembleia Municipal, compareceram pessoalmente e respondendo à convocatória para a Tomada de Posse dos membros do Conselho Municipal de Segurança

Presidente da Câmara Municipal de Coimbra
Dr. João Paulo Barbosa de Melo

Presidente da Assembleia Municipal de Coimbra
Prof. Dr. Manuel Carlos Lopes Porto

Vice-Reitor da Universidade de Coimbra
Prof. Dr. Vitor Murtinho

Procuradora da República
Dra. Maria Paula Galvão Garcia

Comandante do Comando Territorial da GNR em Coimbra
Coronel António Marques dos Santos Cardoso

Comandante da Polícia Segurança Pública
Super Intendente Paulo Sampaio

SubDirector da Polícia Judiciária
Dr. Bernardo Cotrim

Comandante da Polícia Municipal
Dr. Euclides Santos

Centro Regional de Segurança Social
Director do Núcleo de Respostas Sociais
Dr. Paulo Bernardo

Vice Presidente da Administração Regional de Saúde
Dr. Mário Rui Ferreira

Director Departamento Desenvolvimento Social da Câmara Municipal
Dr. João Gaspar

Coordenador Municipal da Protecção Civil
Engº António Serra Constantino

Companhia Municipal de Bombeiros Sapadores
Tenente Coronel Avelino Dantas

**União das Instituições Particulares de Solidariedade Social
Horácio José da Paz Santiago**

**Delegado Regional do Instituto da Droga e Toxicoddependencia
Dr. Carlos Ramalheira**

**Direcção Regional de Educação do Centro
Comandante António Simões**

**Presidente da Associação Comercial e Industrial de Coimbra
Dr. Paulo Miguel Janela Mendes**

**Um representante da Agência para a Promoção da Baixa de Coimbra
(APCB)
Armindo Jesus Gaspar**

**Associação Académica de Coimbra
Eduardo Miguel Sabino Guedes Barroso de Melo**

**Representante dos Directores dos Agrupamentos das Escolas do Ensino
Secundário
Dr. Rui Manuel Constantino Bento**

**Representante dos Directores dos Agrupamentos das Escolas do Ensino
Básico
Dr. Paulo José de Almeida Rodrigues da Costa**

**Associação de Pais e Encarregados de Educação
Dr. Pedro Serra**

**Delegado Regional do Centro da Direcção Geral de Reinserção Social
Dr. Francisco José Moreira Navalho**

**Representante da UGT
Albino Casimiro Mendes da Silva**

**Representante da CGTP
José Ferreira Martins Pimenta**

Cidadãos de reconhecida idoneidade e competência na área

Álvaro Santos Carvalho Seco

Manuel Correia de Oliveira

Paulo Luís Cunha de Almeida

**Presidente da Junta de Freguesia de Almalaguês
Victor Manuel Martins Costa**

Presidente da Junta de Freguesia de Brasfemes
Armenio Manuel Nabo Ferraz

Presidente da Junta de Freguesia de Castelo Viegas
Carlos Alberto Sousa Ferreira

Presidente da Junta de Freguesia de Santa Cruz
António Pinto dos Santos

Presidente da Junta de Freguesia de S. Bartolomeu
José Carlos Santos Clemente

Presidente da Junta de Freguesia de S. Martinho do Bispo
Antonino Moura Antunes

Representante do Grupo Municipal "Por Coimbra"
Miguel Jorge Pignatelli Queiroz

Representante do Grupo Municipal Partido Socialista
Carlos Rogério Antunes Pinto

Representante do Grupo Municipal Coligação Unitária Democrática
Firmino Vitor

Representante do Grupo Municipal Bloco de Esquerda
Serafim Duarte

Representante do Grupo Municipal Pina Prata, Agora Sim
José Manuel Torres Farinha

Terminado este acto, o Presidente da Assembleia Municipal agradeceu a todos os elementos do Conselho Municipal de Segurança esperando que entrem em funcionalidade o mais breve possível.

Período Antes da Ordem do Dia:

Intervenção da ex Presidente da Junta de Almedina: Palmira Pedro

“Venho aqui, usar esta oportunidade que tenho de estar convosco colectivamente para pessoalmente despedir-me vida autarquica.

Como sabem, renunciei ao cargo como Presidente de Junta de Almedina, neste mês de Abril, cargo esse que exerci ao longo de 13 anos consecutivos, não poderia deixar por isso, agradecer o quanto estou grata a todos por me terem ajudado sempre quando precisei algum de vós, sempre prontos a esclarecer-me, a tirarem-me dúvidas, ou indicarem-me os caminhos para poder prosseguir e alcançar o que desejava.

Foram 13 anos de enriquecimento, em valores humanos, em amizades, ao serviço de todos, das pessoas e das causas, uma boa parte conseguida.

Conseguido a pulso com muita persistência, quer na construção da sede, na habitação, no campo social, no arranjo das ruas, nos transportes, nas escolas...enfim, uma série de coisas que me satisfaz hoje, ao deixar a Freguesia de Almedina, olhar para trás e ver que houve um serviço conseguido e serviço feito.

Embora haja muito a fazer, e nem tudo se consiga.

Foram 13 anos de muitas alegrias, e de muitas lágrimas também, mas valeu a pena.

Sou grata a todos os serviços desta edilidade, nunca pedi nada a ninguém que não tentasse em ajudar-me a resolver, nomear as pessoas seria fastidioso, porque foram todos desde os chefes de serviços até aos mais simples trabalhadores da Câmara. Sempre se mostraram prontos e afáveis para comigo, sempre com aquilo que lhes pedia. Há pessoas que mereciam algum destaque, mas fazê-lo seria esquecer outras que mereciam também.

A minha última palavra, para o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia e para o senhor Presidente da Câmara Municipal, uma palavra apenas, obrigada.

Obrigada pelo carinho com que sempre me trataram, sem o vosso aval, sem o vosso apoio de colaboração nunca poderia, apesar de pouco, ter feito tanto.

Saio de Almedina confiante, confiante no substituto que deixo, certo que o Carlos Lopes irá continuar o trabalho iniciado a favor dos que precisam e para glória da nossa linda Cidade, sem as obras que se amam, vai sendo exposta por muitos que podem e devem ao esquecimento.

A todos, muito obrigada pelo carinho com que me trataram e sejam felizes um bom trabalho para todos.”

Período de Intervenção de Municípes

Paulo Silva em representação da Plataforma Mondego Vivo

"Venho aqui em representação da Plataforma Mondego Vivo foi criada contra a construção Mini-Hídrica no rio Mondego na foz do Caneiro, foi constituída em 11 de Março e tomamos a liberdade de vir aqui à Assembleia Municipal de Coimbra no sentido de anteceder junto desta Assembleia para que a mesma tomasse uma posição sobre a questão da Mini-Hídrica no rio Mondego.

Agradeço a oportunidade dada pelo Senhor Presidente da Assembleia para que pudesse aqui explicar a nossa luta.

Esta Plataforma Mondego Vivo, constituída em 11 de Março é uma entidade única na região, é composta por autarquias locais, empresas de animação turística e restauração, confraria da lampreia, colectividades ribeirinhas, associações ambientalistas e cidadãos em geral. A sua direcção é composta por 8 representantes, nomeadamente, Município de Penacova, Junta de Freguesia de Lorvão e Penacova, Transportes Serrano (representando as empresas de animação turística), representante da Confraria da Lampreia, representante dos restaurantes, Liga de Protecção da Natureza (representando as organizações ambientalistas) e a União Popular da Rebordosa (representando as colectividades locais), O objecto da Plataforma é a organização de múltiplas formas de contestação à Construção de Mini-Hídrica no rio Mondego, processo que foi decidido nos gabinetes dos ministérios sem consulta das entidades que usam e vivem junto ao rio Mondego e das próprias autarquias locais, nomeadamente, a de Coimbra.

Gostávamos de sensibilizar esta Assembleia, é necessários que os órgãos políticos desta região tomem posição sobre o assunto.

Estamos a falar, da destruição de uma actividade económica de animação turística que envolve cerca de meio milhão de euros, vários postos de trabalho, envolve a participação cerca de 30 mil pessoas, ao longo do ano, de turistas nestas actividades.

Embora, Penacova seja o nome que normalmente é associado a esta organização, mas claramente o concelho que beneficia mais com esta actividade é Coimbra.

A jusante e a montante existem um conjunto de beneficiados de actividades, nomeadamente a restauração, hotelaria, transportes que também serão afectados pela quebra desta actividade.

Por outro lado em termos ambientais, qualquer Mini-Hídrica e qualquer estrutura criada no rio será prejudicial, para todo o ecossistema, não poderemos esquecer da lampreia.

A lampreia é uma espécie que precisa do rio e precisa de desovar precisamente nesta zona da foz do Caneiro. Relembramos que o Estado investiu cerca de 4 milhões de euros numa escada de peixe, e vai receber esse retomo, ou um pouco menos que ele na construção desta Mini-Hídrica, são três milhões e meio de euros. O que contestamos é precisamente isto, o Estado gasta 4 milhões, recebe três milhões e meio de euros, e dentro de um ano ou dois, irá gastar novamente para uma nova escada de peixe na foz do Caneiro.

Não poderemos esquecer todo o impacto na construção de barragens que tem sido no concelho de Penacova e neste momento o rio em alguns lugares está cerca de 10 metros abaixo do que era o nível antes das construções das barragens...

Não poderemos esquecer que o concelho de Penacova e toda esta região já contribui para a construção eléctrica. Temos a barragem da Aguieira, temos duas barragens na Raiva e temos o aproveitamento hidroeléctrico da barragem do Alva e o Açude Ponte de Coimbra.

Vamos ter uma iniciativa no próximo 1 de Maio, organizar uma descida a maior que nunca foi feita no nosso País, em que nos vamos contestar contra a construção da Mini-Hídrica no rio Mondego!

Nesta intervenção gostaríamos de solicitar aos senhores deputados que se manifestem sobre o assunto, visto que os outros municípios já o fizeram anteriormente.

É fundamental, nós que seja esta intervenção feita na próxima Assembleia Municipal

Este assunto não é só de Penacova é de todos nós. Ficamos a aguardar resposta, desde já agradecendo toda a atenção que possa dar a este assunto.

DIZEMOS NÃO À MINI-HIDRICA NO RIO MONDEGO!"

Intervenção do deputado municipal André Oliveira (PS):

Moção de Pesar

“António Luzio Vaz foi um homem com profundo espírito de missão que pautou o seu percurso exemplar de vida por uma enorme disponibilidade, compreensão e solidariedade.

Ao projectar os Serviços de Acção Social da Universidade de Coimbra, dos quais foi Administrador, para um patamar de qualidade sem paralelo no País,

António Luzio Vaz marcou indelevelmente a história da Universidade de Coimbra nas últimas três décadas. Ao longo dos anos ao abrir as portas da Universidade a milhares de estudantes que sem o apoio dos Serviços Sociais nunca teriam tido, por razões económicas, possibilidade de a frequentar, estabeleceu com as sucessivas gerações da comunidade estudantil uma relação ímpar, fraterna e solidária.

António Luzio Vaz foi, também, um cidadão preocupado com o desenvolvimento e o progresso da cidade que desde muito jovem o acolheu tendo sido vereador da Câmara Municipal de Coimbra e Deputado Municipal deixando, igualmente, o seu nome ligado à história do Município.

A Assembleia Municipal de Coimbra, reunida em 27 de Abril de 2011, manifesta o seu profundo pesar pelo seu falecimento a transmitir aos seus familiares e recomenda ao executivo municipal que o seu nome faça parte da Toponímia de Coimbra, em concreto, num local com íntima ligação à Académica de Coimbra.

Intervenção do deputado municipal Maló de Abreu (Por Coimbra):

“Queria dizer que faço minhas as palavras do deputado André Oliveira.

Nós tivemos sorte de termos convivido muito próximo de António Luzio Vaz.

Tive a sorte até, de ser no meu ano de Presidente da Associação Académica de Coimbra, o ano em que ele foi empossado Presidente dos Serviços Sociais.

Foi o ano de arranque dele e foi um ano muito intenso de trabalho com ele, e de início de um projecto longo, em que António Luzio Vaz soube ser, para além do rigor que é necessário, na gestão da defesa pública, soube ser sempre um amigo dos estudantes, soube sempre encontrar soluções lúcidas para os problemas, soube sempre estar próximo da Academia, próximo da Universidade e próximo de Coimbra.

É portanto um cidadão de Coimbra. Julgo que para além das homenagens e curvarmo-nos tanto a memória de António Luzio Vaz devemos marcar indelevelmente a sua presença a sua passagem por esta Cidade.

Por isso, acompanho a proposta que é feita pelo deputado André Oliveira no sentido de que, António Luzio Vaz é mais do que merecido que António Luzio Vaz faça parte da toponímia de Coimbra.

Curvo-me perante a sua memória é com imensa saudade que falo dele!”

“Queria aproveitar esta oportunidade também, para dirigir uma palavra à Dra. Palmira Pedro.

Com ela convivi durante muitos anos, e devo dizer que encontrei nela, uma mulher de armas, uma mulher que subiu a pulso, e frizo, mulher porque nós precisamos cada vez mais na política, das mulheres na política, há falta de mulheres na política, as mulheres acrescentam valores à política!

Não só como autarca, e nela saúdo todos os Presidentes de Junta, tem um trabalho difícilimo, de grande canseira de grande labuta, de grandes dificuldades, de grande a proximidade das populações mas, saúdo nela também para além dos autarcas as mulheres que estão na política para além de tudo o que fazem, fazem também política e eu sei que é difícil.”

Intervenção do deputado municipal Luís Marinho (PS):

“Com a confiança do meu Partido assumo hoje, aqui, a responsabilidade de liderar o meu grupo parlamentar.

A vida surpreende-nos, com estes desafios. As circunstâncias levam-nos a ter de aceitar.

Porque não vivemos os nossos melhores dias.

Porque não é hora de nos afastarmos das dificuldades.

Porque os eleitores nos confiaram um mandato que não podemos defraudar, quando muitas dúvidas, incertezas e angústias pesam nos nossos concidadãos.

Esta Assembleia é a voz do Povo de Coimbra.

Temos de saber ouvir e dar respostas aos seus anseios.

Não nos podemos perder nos pormenores, nas diletâncias, na acrimónia dos discursos inflamados. Temos de nos concentrar no essencial, nas questões de fundo, no que interessa ao crescimento, ao bem-estar dos nossos aos eleitores.

Temos, nesta Assembleia muito mais do que nos une do que aquilo que nos separa.

Por isso, a primeira das nossas prioridades é afirmar Coimbra, defendê-la, projectá-la, fazê-la melhor, nas condições devidas, nas oportunidades para todos, no emprego e na justiça social.

Não nos cabe fazer tudo, nos limitados poderes que a lei nos confere. Mas cabe-nos fazer o que está ao nosso alcance, apesar dos escassos meios que a lei nos atribui. Se o fizemos bem, faremos o máximo possível.

Há formas diferentes de fazer, porque, há distintos modos de pensar! É assim a Democracia.

Porém para cumprir, não nos satisfaçamos com a pura divergência! A Democracia não é um acto formal. Só se cumpre com resultados e só é perene se fôr eficaz.

Não façamos desta Assembleia um espaço de desencontros.

Afirmemos as diferenças, assumamos as nossas identidades, mas, saibamos também convergir na construção do interesse comum, do interesse da cidade, da metrópole que aqui representamos.

Nem por isso deixaremos de ser oposição, de criticar, de propor, de controlar a gestão do bem comum que nos une, que é Coimbra e o seu futuro.

Também por isso, exigimos atenção, cuidado, respeito para com as nossas propostas e sugestões

As maiorias surdas não chegam a lado nenhum!

É este o quadro de valores que orienta a postura do meu Partido nesta casa!

Portugal está frágil. Coimbra não é forte.

Mudar esta circunstância é o nosso objectivo, o nosso dever!

Se alguma coisa conseguirmos neste difícil caminho, saíremos todos, deste mandato de consciência tranquila.

Se nos desgastarmos, na usura do poder, e nas querelas de pormenores, Coimbra não dará por nós!

Façamos política, sim. Mas com resultados.

Senão, o tempo que aqui passarmos, depressa cairá no esquecimento.

Não desiludamos o povo que nos elegeu!".

Intervenção do deputado municipal Maló de Abreu (Por Coimbra):

"Nós queríamos naturalmente saudar o Dr. Luís Marinho. É com muito respeito que o saudamos como pessoa e como político, naturalmente. Conhecemo-lo

bem, e sabemos que vai exercer esta função com a dignidade que o cargo exige.

Nós que já tivemos aqui leais opositores como os Srs Drs. João Silva, Reis Marques, Helena Freitas, é com muito gosto também, que o temos aqui não só para divergir, e para com lealdade divergir e com frontalidade de divergir, sempre com atenção, sempre com cuidado, sempre com respeito. Mas, também muitas vezes convergir porque o mais importante de que nós, mais importante eventualmente do que os nossos partidos, é Coimbra, é Portugal naturalmente. Tenho a certeza que nós vamos divergir as vezes necessárias, e vamos convergir as vezes suficientes para podermos levar a bom porto esta tarefa que estamos incumbidos."

Intervenção do deputado municipal Pinto Ângelo (CDU):

"Já que entrámos nos elogios às novas funções que assumiu o Dr. Luís Marinho, naturalmente que dou as boas vindas às suas novas funções, terei todo o prazer em nome da bancada da CDU, encontrar-me e desencontrar-me com ele na medida dos nossos interesses e responsabilidades mútuas será seguramente o melhor que desenvolveremos as nossas tarefas."

Intervenção do Presidente da Junta de Freguesia de S. Bartolomeu:

"O que me trás aqui hoje, são coisas muito simples e que gostaria que fosse levada com muita atenção por parte do Executivo na pessoa o Senhor Presidente da Câmara.

A primeira questão Sr. Presidente, como responsável máximo da Protecção Civil tem a ver, e como já denunciei a um órgão da comunicação social, com o que se está a passar na Baixa de Coimbra.

O caso do simulacro feito na Baixa de Coimbra, que por azar dos azares, a seguir não foi um simulacro foi uma realidade de um incêndio num edifício na Rua Viscondia Luz.

É lamentável que três bocas-de-incêndio no local estivessem absoletas, existem os equipamentos e a sua funcionalidade foi zero!

Portanto, enquanto autarca responsável da Freguesia de S. Bartolomeu que também é extensível à Freguesia de St^a Cruz, solicito a V. Ex^a e seria de bom-tom que com carácter de urgencia procedesse junto dos Bombeiros Sapadores, que são eles que tem essa responsabilidade, mandasse verificar todas as bocas de incêndio.

A segunda questão, prende-se com o que aconteceu no dia de Páscoa com a abertura da grande superfície do Continente, ao público. senhor Presidente da Câmara e aqui deixo um alerta a V. Ex.^a tem a ver

Chega-se ao cúmulo e à falta de respeito por aqueles trabalhadores, pelos direitos de família, sendo obrigados a trabalhar no dia de Páscoa, e irão trabalhar também no dia 1^o de Maio.

Gostaria de saber se V. Exa. tem conhecimento, se esta unidade está autorizada, face à legislação em vigor a abrir as portas ao público nomeadamente nestes dias.

Se não estão, qual foi a intervenção dos Serviços de Fiscalização do Município de Coimbra, para com esta unidade, isto tendo em conta que outras encerraram.

A terceira questão diz respeito à Empresa Municipal de Turismo. Vou-me reservar para a discussão do ponto sobre essa questão na altura própria, lamentando o facto do documento ter-nos sido entregue, agora, na mesa.

Mas desde já alerto V. Exa. e também ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal que não foi cumprida, a deliberação da Assembléia Municipal, por unanimidade sobre este assunto, e hoje colocaram o documento atabalhoadamente na mesa dos deputados desta Assembleia.

Por último, dirijo-me ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal para dizer que tenho assistido a alguns eventos e cerimónias, cujo convite é dirigido ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal para representar a Assembleia e por agenda ou questões familiares, verifico que o Senhor Presidente da Assembleia Municipal não está nos actos, nem se tem feito representar pelos elementos que compõem a Mesa desta Assembleia Municipal.

Deixo aqui este reparo, e chamava a atenção porque de facto, a Assembleia Municipal em determinados actos tem representantes que substituem o Senhor Presidente da Assembleia Municipal e isso não aconteceu ainda recentemente."

Intervenção do Presidente da Junta de Freguesia de Almalaguês:

"A Feira Internacional de Arte realizada em Coimbra, encheu-me de orgulho.

A arte em Coimbra, num certame internacional com quase 1.000 peças expostas, 200 artistas de 30 países, representados no Labirinto de Arte, nas Galerias, nos Ateliers e nas Associações de Artistas. Casas de Materiais de Pintura, Papelarias, Performances e Workshops e Conferências e... muito mais para sentir e respirar a arte, foi o que tivemos em Coimbra de 1 a 10 de Abril, na FIARTE – ArtEuropa 2011, que decorreu na Praça da Canção em Coimbra. Coimbra em tempo de crise, usufruiu da audácia e determinação, que as loucuras e delírios, só ao alcance de uns quantos artistas e visionários, lhe ofereceu.

Uma oferta extraordinária, de qualidade impar, trouxe para Coimbra um evento singular de qualidade cultural. Com a qualidade e organização apresentadas, a FIARTE mostrou ter futuro.

Parabéns ao MAC – Movimento Artístico de Coimbra, à RAN – Rede de Arte Nacional, à CMC – Câmara Municipal de Coimbra, ao dinamismo e inconformismo que se personificaram em Sousa Varela, Mamede de Albuquerque, Joaquim Batista, José Rosa, Martine Allart e Mário Silva.

Numa imensa e corajosa epopeia, a FIARTE 2011 recebeu cerca de 35.000 visitantes. Grupos de escolas e instituições de Portugal e Espanha, percorreram o certame, com visita pré-agendada e guiada.

Quem visitou, gostou!

Quem por lá passou, saiu satisfeito com a qualidade e a densidade de obras de arte, ali expostas.

Este evento em Lisboa ou no Porto, tinha as rádios e televisões, a imprensa escrita em formigueiro, conferindo-lhe os médias uma projecção internacional. Só que, a FIARTE 2011 foi em Coimbra e foi organizada por Coimbra.

Contou então, a inauguração, com o Presidente e Vice-Presidente da Câmara, com alguns Vereadores, alguns políticos locais, e artistas e organizações de artistas.

A Ministra da Cultura, em Coimbra no dia, visitou o Jardim Infantil João de Deus, mas... não teve tempo para inaugurar a FIARTE 2011, uma das melhores feiras internacionais de arte realizada este ano em Portugal, um evento cultural marcante, nem sequer por lá passou. E porque, os jornais, as rádios e televisões, devem ter andado com a senhora ministra, esqueceram-se de que a cultura, é algo mais e mais real, que a realidade da senhora ministra da cultura.

A FIARTE contou ainda com a falta de apoio do «dono da Praça da Canção», que em vez de colaborar com o evento cultural, promovendo o seu sucesso e projecção, o prejudicou fortemente. A esmagadora maioria dos visitantes não encontrava a entrada da FIARTE, apenas porque o «dono da Praça da Canção» resolveu encerrar a cadeado a entrada da feira junto às bombas de combustível, permitindo apenas a entrada junto à Ponte de St^a. Clara que as pessoas não encontravam, seguindo em frente em direcção à Portagem. Os autocarros eram obrigados a ir estacionar no Parque do Exploratório, obrigando o «dono da Praça da Canção», os idosos e crianças a percorrerem a pé, cerca de 1500 metros, à chuva, até à entrada da feira. O «dono da Praça da Canção» não prejudicou a FIARTE, nem prejudicou os artistas, nem prejudicou a Câmara Municipal de Coimbra, o «dono da Praça da Canção» prejudicou fortemente a Cidade de Coimbra, prejudicou a Região Centro, prejudicou a cultura. O «dono da Praça da Canção» também prejudicou de morte, o turismo. Apesar destes contratemplos, parabéns a quem organizou e a quem visitou a FIARTE – ArtEuropa2011, uma excepcional feira internacional de arte em Coimbra.

A Geração à Rasca no dia 25 de Abril em Coimbra, chocou-me.

Nos Paços do Concelho, Praça 8 de Maio em Coimbra, vindos da Praça da República, deparo-me eu e uns tantos presidentes de junta de freguesia, com um grupo de manifestantes.

Denominados «Geração à Rasca», tal e qual, tão à rasca que, supostamente não encontrando participantes, usaram crianças de palmo e meio, como se isto fosse o recreio da escola e isto do 25 de Abril, fosse um jogo. Crianças de palmo e meio a gritar palavras de ordem no megafone, crianças a empunhar cartazes, crianças... a brincar!

Isto, pareceu-me exploração infantil!

Um dos presidentes de junta dizia estupefacto; - Eu arranjo trabalho lá na minha junta para um destes tipos, vamos lá ver quem quer trabalhar?!

(de imediato um outro retorquiou;)

- Até eu arranjo, vê-se que é gente com vontade de trabalhar...

O problema deste país, é que anda por aí muito adulto a brincar. A brincar com as crianças, a brincar às crianças, a brincar com o país numa altura em que os adultos deveriam andar a trabalhar e as crianças a brincar.

Em Almalaguês, às vezes temos paciência de Jó.

Senhor Presidente da Câmara, na minha freguesia, há por lá uma rua que está a ser aberta, avançando e parando, parando e avançando, desde 1991.

No último mandato, finalmente, muito avançamos.

Estamos agora, 20 anos depois, à distância mesquinha, de apenas 20 m2 de expropriação de um terreno que já foi «público» cedido para o efeito e que agora é de um «particular» que não sabe honrar a palavra dada.

Há cerca de três anos que o Divisão de Solos, tem a seu cargo este encargo.

Pelo tempo passado, sem quaisquer resultados, parece-me demasiado pesada, a carga de tal fardo.

Peço-lhe, senhor presidente, que faça descer à terra o divisão de solos, para o bem e para a paz naquela rua, é que, nem sequer é uma rua qualquer, aquela, já tem nome, chama-se «Rua do Futuro» e aguarda pela sua realização plena, há 20 anos.

Às vezes, ao olhar para aquilo, penso que o nosso futuro amargo, anda por essa rua..."

Intervenção do Presidente da Junta de Freguesia da Ribeira de Frades:

"Começo esta minha intervenção por me dirigir ao Ex. Sr. Presidente da Assembleia Municipal e lhe dizer o seguinte:

Durante a minha juventude e também de outros como eu que foram criados na aldeia, tinha um gosto enorme em coleccionar “cromos da bola”, que por vezes até vinham a embrulhar rebuçados, que depois colávamos em cadernetas e que eram grande motivo de orgulho para todos, quando conseguíamos finalizar a colecção.

Perdoe a comparação, mas, V.^a Ex.^a tem um outro “hobbie”, e esse “hobbie” é coleccionar pedidos de parecer de Projectos-Lei, envolvendo o enclave de Carregais, pertença de Taveiro, cuja população pretende a desanexação e integração na Freguesia de Ribeira de Frades.

Neste momento, são já três os pedidos de Parecer que V.^a Ex.^a não se digna sequer agendar, mesmo depois de eu já ter feito aqui uma intervenção, quando da elevação de Taveiro a Vila e ter afirmado que também tinha na gaveta há dois anos um pedido de parecer sobre o assunto anterior e que não se dignou sequer agendar.

Pode, caso entenda confirmar, consultar a acta da respectiva Assembleia, realizada em 30 de Dezembro de 2004, mais ou menos 15 dias depois da votação na Assembleia da Republica do referido Projecto de Lei.

Gostaria de obter de V.^a Ex.^a uma resposta clara, com a finalidade de a poder transmitir à população de Carregais, eles sim, autores do pedido e que se sentem de algum modo prejudicados e revoltados pelo facto de V.^a Ex.^a não respeitar os seus direitos de cidadãos, que querem viver melhor, com mais qualidade, servindo-se dos meios administrativos, sociais, educacionais, culturais, religiosos, etc, que a Freguesia de Ribeira de Frades, sempre lhes disponibilizou, disponibiliza e continuará a disponibilizar, mesmo que a injustiça para a qual V.^a Ex.^a tem contribuído, impeça o final que esta população pretende.

Mas, V.^a Ex.^a fique certo, de que irá ter oportunidade de corrigir estes erros, ainda no decorrer deste ano e logo após a tomada de posse da nova Assembleia da Republica, porque novo Projecto de Lei irá com toda a certeza ser apresentado, esperando que não demore os 8 meses que agora passaram, para agendar o pedido de Parecer.

Dirijo-me agora a V. Ex.^a, Sr. Presidente da Câmara Municipal para lhe dizer que lamento a falta de isenção demonstrada pelos seus assessores, chefe de

gabinete e outros, que tudo fizeram para demorar dois dias para corrigir uma “imprecisão” (seria com certeza uma vírgula ou um til) da deliberação camarária emanada da reunião de câmara realizada no dia 4 de Abril passado, sendo que enviaram a referida deliberação somente no dia 6 de Abril pelas 17 horas, depois da Assembleia ter encerrado as votações.

De que é que esta Câmara teve medo?

Que favor prestaram os assessores e chefe de gabinete e a quem?

Qual a razão que levou a que durante 2 dias o chefe de gabinete nunca estava, estava em reunião ou nunca atendeu o telemóvel, o mesmo se tendo passado com V. Ex.^a?

Qual a razão pela qual um assessor e o chefe de gabinete de V.^a Exa., arrogantemente e depois de interpelado por mim, na presença de alguns residentes dos Carregais e no hall de entrada da câmara, me dizer que iria enviar a deliberação pelo correio e mais tarde a enviou por fax?

Alguém lhe chamou a atenção?

Atitudes como estas, fazem pensar que apesar de ser Abril, a democracia deixou de estar presente em alguns sectores desta Câmara, onde cada um faz o que lhe apetece, consoante as cores política/partidárias em questão.

Espero que V. Ex.^a mande apurar em concreto o que se passou e tal como lhe disse no Jantar dos Bombeiros Voluntários, está neste momento muito mal rodeado por pessoas com falta de isenção e que sofrem de partidarite aguda gritante, nada aconselhável para os lugares que ocupam e também para a gestão que V. Exa. pretende fazer e para a qual sempre teve da minha parte a melhor colaboração.

Tal como lhe afirmei nesse dia, é mentira que o Projecto de Lei 359/XI tivesse sido metido “subrepticamente” por baixo da mesa na Assembleia da República” (palavras de V.^aEx.^a) porque o Projecto-Lei 359/XI deu entrada na Assembleia da República a 30/06/2010, baixou à Comissão do Ambiente, Ordenamento do Território e Poder Local em 06/07/2010, foi aprovado por unanimidade pela referida comissão em 14/09/2010, enviado para apreciação e votação no Plenário a 15/10/2010, tendo sido pedido os pareceres às juntas envolvidas, Câmara Municipal e Assembleia Municipal em 26/07/2010, portanto houve 8 meses para que se pronunciassem e não 2 meses como disse. Tenho aqui prova disso, que mostrarei a V. Ex.^a, para lhe dar conta de mais um acto de pura falta de isenção, praticada ao tempo, mas da qual V. Ex.^a não tem culpa.

Faço votos de poder assistir à reunião de câmara, onde irá apreciar e dar parecer ao novo Projecto-lei, para saber se desta vez me piscará o olho a mim Também espero que a Sra. Directora Municipal, única pessoa que se interessou pelo caso, garantindo que a deliberação estava em cima da secretária de um seu assessor, pronta a ser assinada e enviada por fax, às 11 horas de 3a feira, 5 de Abril, não venha a ser deslocada para outro serviço, somente por represália. Por aqui me fico, sendo certo que depois deste tipo de tratamento completamente anormal, de que não tenho memória em vinte e seis anos de autarca de freguesia, trabalhando e colaborando sempre, com os três presidentes deste município, este será o último acto público em que estarei presente nesta câmara, enquanto certas e determinadas pessoas a que me referi, cá se mantiverem, excepção claro, ao referido no antepenúltimo parágrafo.

Antes de acabar queria falar em mais dois pontos que prejudicam grandemente a minha freguesia.

Estou a referir-me às obras que dizem respeito à REFER, com a construção de uma passagem superior, de um viaduto sobre a linha norte ao Kilómetro 211418 que se encontra concluído acerca de ano e meio, que a REFER se nega a por em funcionamento, prejudicando as pessoas, prejudicando possíveis intervenções mais rápidas em caso de acidentes, como foi o caso que aconteceu à 15 dias uma pessoa precisou de ser assistida, cujo a ambulância esteve 20 minutos com a passagem de nível encerrada. Sendo que tem o viaduto pronto onde se gastaram milhares de euros, e que não há meio de ter solução.

Quero aqui destacar, que efectivamente o senhor vereador Paulo Leitão, acompanhado com o senhor Eng.º Rui Ernesto tudo tem feito para que seja possível esta abertura, há da parte da REFER uma má vontade, há da parte da REFER má fé, porque se existe uma passagem de nível para peões em Casais do Campo, se existe a passagem de nível para peões em Bencanta ainda a funcionar por cima com labirintos não faz sentido que aquele viaduto esteja concluído e que não haja labirinto na passagem de nível neste momento em funcionamento ao kilometro 111480 já para não falar da passagem de nível superior e Taveiro o meu colega e presidente de junta da freguesia de Taveiro poderá falar.

Quero dizer que é louvar a acção do vereador Paulo leitão porque já tivemos várias reuniões no local inclusivamente reunimos no local com os directores da REFER com os engenheiros responsáveis pela obra que teimam que, não há dinheiro para construir uma passagem para peões ou elevador enterrado ou aéreo.

Mas meus amigos Coimbra é terceiro mundo!

Nós vamos a 5 km e temos em Pereira do Campo inaugurado há meia dúzia de meses um elevador enterrado, uma obra com qualidade e que serve os peões, em Coimbra só há dinheiro para se fazer escadas, gostaria de ver os pais desses Engenheiros com 80 anos ou mais a subirem escadas, ou então uma rampa com 200m na direcção do viaduto, sendo a chegada ao viaduto tendo que voltar para trás 50m porque não tem cota para ceder ao viaduto.

Este país deve estar cheio de dinheiro tendo um viaduto pronto há ano e meio onde se gastaram milhares de euros sem estar ao serviço das populações.

A outra situação prendesse com as obras da Brisa, obras resultantes do alargamento para 3 vias desde a Portagem/Ribeira de Frades, até Coimbra/Sul até Condeixa e que danificaram o arruamento paralelo na construção e alargamento das mesmas vias.

Termos uma rua a que demos o nome de um ex-autarca da Ribeira de Frades, a que nos recusamos pura e simplesmente a colocar as placas respectivas, uma vez que a rua neste momento se encontra metade dela com tapete e metade dela sem tapete completamente destruída.

O senhor Eng.º Teles e o Eng.º Cardoso desta Câmara Municipal já foram ao local comigo duas ou três vezes, incluindo com responsáveis da Brisa, incluindo com responsáveis da empresa rodoviária e já lá vão 3 anos a obra está concluída e continua com a estrada por reparar.

Espero que esta situação se resolva o mais rapidamente possível de modo a que se possa colocar as placas com o nome de um homem que muito trabalhou para a Freguesia da Ribeira de Frades."

O Presidente da Assembleia respondeu ao Presidente da Junta de Freguesia dizendo que a Assembleia Municipal não tem competência nem meios técnicos que dar pareceres. As competências do Presidente da Assembleia estão na lei no artº 53º e 54º e não diz que a Assembleia Municipal tem de dar pareceres.

Intervenção da deputada municipal Isabel Melo (CDU):

"SAUDAÇÃO AO 1º DE MAIO DIA DO TRABALHADOR

Há 37 anos voltamos a comemorar em liberdade o Dia do Trabalhador. Ganhamos esse direito com a Revolução de Abril e a Luta dos Trabalhadores. No próximo domingo vamos comemorar o 1º de Maio, reafirmar os direitos dos trabalhadores e lutar contra a precariedade, o desemprego, as desigualdades e as injustiças!

Mas temos que lembrar que muitos trabalhadores são impedidos de comemorar o 1º de Maio porque, pela primeira vez, são obrigados a trabalhar neste dia. Em nome do lucro desmedido e da prepotência os patrões das grandes superfícies comerciais querem acabar com o feriado do 1º de Maio. Não podemos permitir que isto aconteça.

Os patrões das grandes superfícies mandam e o governo e as câmaras nada fazem para se opor, pelo contrário, no caso de Coimbra o executivo camarário adiou a tomada de posição sobre o horário de funcionamento das grandes superfícies aos domingos e feriados, facilitando as posições prepotentes dos patrões.

Saudemos o 1º de Maio e a Luta dos Trabalhadores.

Viva o 1º de Maio."

Intervenção da deputada municipal Margarida Fonseca (CDU):

"A minha intervenção é sobre duas questões que vou colocar de uma forma mais específica ao senhor vereador João Orvalho uma vez que, é o actual responsável pelo pelouro da educação nesta autarquia.

A CDU pretendia de V.^a Ex.^a dois esclarecimentos:

O primeiro, é saber para quando a resposta ao requerimento entregue na anterior Assembleia sobre as questões da contratualização de docentes operacionais para a componente apoio à família nos jardins-de-infância na rede Pública do Ministério da Educação?

A CDU espera a prática da não resposta aos requerimentos que não tenha a continuidade ou seja, que se comece a criar um bom hábito de responder aquilo que é solicitado.

Já agora, outra questão importante e que nos tempos mais próximos vai ter que ser decidida. Recentemente nos jornais locais a senhora directora Regional da Educação dizia numa declaração feita aos jornais que a rede escolar estava a ser analisada, estudada com as diversas autarquias da Região Centro.

A CDU solicita a V.^a Ex.^a a informação sobre se já houve reunião com a Câmara de Coimbra e caso tenha havido, que solução está a ser desenhada, para a rede escolar do concelho. Nomeadamente no que se refere em ajustamento de escolas do 1º Ciclo e à fusão de agrupamentos.

Não nos podemos esquecer a resolução do Conselho de Ministros de Junho de 2010, que foi invertida em lei, que todas essas medidas continuam supostamente em vigor.

Mas de qualquer das formas a CDU quer lembrar que, neste momento, como noutros, em relação às pessoas da educação como em relação a outras entendemos que a Assembleia Municipal deve ter conhecimento das sessões, e que tudo que tenha a ver com a rede escola, com encerramento, com fusões de agrupamentos que mexe entre outras coisas com a vida dos alunos mais jovens ou menos jovens e da família, com a comunidade educativa no seu todo deve ser auscultada."

Intervenção do deputado municipal José Sequeira (PS):

"Quero começar por recordar aos presentes que na data de 25 de Novembro de 2009, que a Prof. Helena Freitas, líder da bancada do Partido Socialista, na sua intervenção dizia à Coligação de Coimbra a sua disponibilidade para a execução do Regimento da Assembleia Municipal em sede própria.

Nesta mesma data foi transmitida a esta Assembleia a total disponibilidade do Partido Socialista para a concretização do tal desiderato.

Também foi entendimento à época a constituição de um grupo de trabalho para estudar em sintonia e em consenso as melhores soluções para o regimento desta Assembleia Municipal

Passado dias, meses e anos, convêm lembrar que tal propósito ainda não foi alcançado.

E como urbanidade não abunde nesta casa, solicito ao Senhor Presidente da Assembleia se digne de sua justiça sobre esta matéria,

Assim sendo, interpelo o Senhor Presidente da Assembleia no sentido de me elucidar sobre as questões que passo a formular:

Qual é o ponto de situação sobre esta matéria?

Esta Assembleia rege-se por algum regimento?"

Intervenção do Presidente da Mesa:

"Vou responder, é evidente que esta Assembleia rege-se por um regimento, pela lei portuguesa, quer que mencione as leis?

É evidente que o regimento que está em vigor é o anterior, e mantem-se até ser alterado. Isto já foi muito esclarecido.

Sabem muito bem que um membro da sua bancada na reunião da comissão que tivemos com os grupos, propôs que o tempo de palavra aqui fosse proporcional ao número de deputados. E houve dois grupos que não gostaram dessa situação. E entretanto deixou de haver entusiasmo..... Temos de ser claros e sérios no que dizemos."

Intervenção do deputado municipal Pinto Ângelo (CDU):

"Como membro integrante do grupo constituído nesta Assembléia, para reformular o regimento de acordo com propostas aprovadas por esta Assembleia, independentemente, de outras proposta que nunca chegaram a ser explicitamente formuladas, nomeadamente essa, que o Senhor Presidente referiu, não foi apresentada formalmente por nenhum grupo desta casa, mas sim, aprovadas por esta Assembleia um conjunto de propostas da CDU, que nunca foram vertidas no regulamento.

Vamos repôr as coisas como são. Estas foram aprovadas por esta Assembleia e nunca foram vertidas no regulamento, estás são indiscutíveis consensuais por todos os grupos.

Essas devem ser, reflectias e nunca o foram.

Segunda questão, a continuação dos trabalhos das comissões, que são constituídas no âmbito desta Assembleia, aí senhor Presidente cabe-lhe a si, como principal responsável, pela condução dos trabalhos desta Assembleia que não se esgotam nas sessões, fazer com que se cumpra os os desideratos e as suas deliberações e esta é uma delas.

Independentemente dos resultados a que se chegue no funcionamento das comissões, cabe ao senhor Presidente fazer com que elas cumpram no seu mandato, e não tem acontecido. Com o devido respeito, de facto, cabe-lhe a si, concretizar isso, porque há propostas aprovadas para integrar no regimento, e estas são indiscutíveis, como podemos discutir outras.

Cabe a si, fazer cumprir as deliberações com já hoje foi aqui referido.

Espero que o Senhor Presidente tome a iniciativa de convocar uma nova reunião desse grupo para que se conclua o trabalho do mesmo."

Intervenção do deputado municipal Luís Marinho (PS):

"Senhor Presidente:

Já tivemos uma conversa pessoal sobre este assunto. Sou muito sensível à questão do regimento.

Acho que este regimento actual tem zonas nebulosas, acho que não é o melhor regimento para que se possa trabalhar.

O senhor Presidente disse que, e não ponho em dúvida a sua palavra, em função de uma questão concreta que é a questão da proporcionalidade de tempo, de que a partir daí houve um desentusiasmo, um desmuronar para se continuar os trabalhos da revisão de regimento.

Penso, independentemente desta questão, que essa questão possa ser limada, que possa ser corrigida, que possa ser consensualizada.

Acho que, a questão que na altura travou os trabalhos para fazer a revisão do regimento, acho que ainda não se perdeu tudo, alguma coisa está no ar, e o que hoje se manifesta nesta Assembleia claramente que poderíamos e deveríamos, debaixo do seu patrocínio naturalmente, fizesse interpretar aquilo que é a vontade de todos, largamente a maioria desta Assembleia, prosseguir o esforço, prosseguindo os trabalhos, e fazer com que esta revisão retomasse de novo o seu trabalho de maneira a que nós pudéssemos ver uma luz ao fundo do túnel.

Espero que até ao final deste ano pudéssemos ter um regimento que fosse consensual entre nós.

Nós Partido Socialista não fazemos finca-pé de nada. Falou-se na questão da proporcionalidade mas há outros critérios, há outras compensações e outras formas desde que haja vontade de se consensualizar.

De houver vontade de se fazer acordo o acordo faz-se. O acordo é bom para nos deputados, é bom para as bancadas, acima de tudo o acordo é bom para a Presidência, e é bom para a dignidade desta Assembleia.

Porque há aqui problemas que efectivamente tem de ser resolvidos. O vazio é que não leva a nada.

Queira pedir ao Sr. Presidente que diligenciasse de novo, de modo a promover de novo com as bancadas aqui representadas, uma reconstrução do grupo de trabalho de forma a que, ou então a continuação do mesmo grupo de trabalho para se retomar o trabalho numa data a fixar, de maneira a que se chegasse a uma plataforma para se ter um regimento aprovado deste mandato."

Intervenção do Presidente da Junta de Freguesia de Stº António dos Olivais:

"Seria cobardia da minha parte depois daquilo que disse o meu colega Presidente de Junta da Freguesia de S. Bartolomeu e dado que, há coisas que eu há muito tempo me preocupo, fugir a este tema.

Antes de me referir aos problemas aqui levantados pelo Presidente da Junta de Freguesia de S. Bartolomeu, gostaria de me dirigir ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, pedindo-lhe antecipadamente que não veja naquilo que vou dizer qualquer insinuação de desrespeito para com V. Ex^a.

É certo que, tendo sido eleito para o lugar de primeiro secretário da Assembleia Municipal, sem que da minha parte tenha feito alguma coisa para que isso acontecesse, procurei inteirar-me das responsabilidades do lugar, das suas competências, obrigações e direitos.

Infelizmente, cedo constatei que, a grande maioria dos deputados que intervêm nesta Assembleia e não só, a referencia à Mesa começa e acaba na pessoa do Senhor Presidente, ou seja, o Órgão Deliberativo composto por um presidente e dois secretários, que deveria ser respeitado no seu todo, esvazia-se numa só pessoa.

Depois desta realidade terei que dizer que acho estranho que durante as variadíssimas ocasiões, isto não é culpa do senhor Presidente da Assembleia digo o já, em que o Senhor Presidente da Assembleia, justamente convidado a estar presente nesta ou naquela acção ou evento, caso não o possa fazer porque a sua vida na permite ou por estar ausente do País o órgão deliberativo deixou de estar representado porque o protocolo camarário não o reconhece.

Aproveitando esta ocasião, e esta é a primeira vez que o faço publicamente, e faço-o porque ainda há pouco o meu colega de S. Martinho me dizia, que um colega dele, tinha visto o Presidente da Junta de S. António dos Olivais, ido levantar um envelope com bilhetes para o futebol, eu aproveito para clarificar algumas coisas.

Aproveito para publicamente denunciar outro ponto. Isso sim, é o que me preocupa. Falo do desrespeito a que o Presidente da Junta de Freguesia de Stº António dos Olivais, está sujeito na sua própria área de circunscrição, falo apenas em mim, mas não duvido que outros sintam o mesmo que eu.

Levando a sério a lei do protocolo do Estado Português, Lei nº 40/2006 de 25 de Agosto de 2006, na secção 5 do Poder Local artº 33 a qual passo a transcreve:

"Os Presidentes das Juntas e das Assembleias de Freguesia como representantes democraticamente eleito pelas populações, tem na respectiva circunscrição estatuto de análogo igual aos Presidentes Câmaras e das Assembleia.

Somando-se a isto tudo às entidades a quem devem ceder a precedência..."

Isto quer dizer, que para além das competências que nos são atribuídas, os Presidentes de Junta de Freguesia devem ter na sua freguesia tratamento adequado, às funções que exercem.

Não é justo, nem é legal, que eu queira apenas porque sou o Presidente da Junta de Freguesia querer num evento realizado em Taveiro, que foi o jogo internacional de jovens ou na inauguração da AFC por exemplo, ou em Souselas, Brasfemes ou noutra freguesia qualquer, eu tenha os mesmos direitos na representatividade ou no lugar que me é destinado mesmo como convidado em relação ao meu colega Presidente dessa Freguesia. Apesar de na minha freguesia os ter juntos os 31 Presidente de Junta, sem qualquer diferença de tratamento sempre que se realiza qualquer evento, não sendo aceitável o que me choca vai muito além a situação.

Poderia-me lembrar-me de muitas coisas, mas para me fazer explicar vou apenas relatar a última situação a que fui sujeito.

Telefonaram-me da Câmara se eu queria um bilhete para a final taça da liga, se quisesse para me dirigir à secretaria dos SMTUC, e levantar um bilhete que estava lá para as freguesias.

Quis ver o que era o qual aceitei, o bilhete era para a bancada superior. Tudo seria compreensivo se não viesse a constatar que em camarote, lugar Vip, estavam vereadores, presidentes de Câmaras, e Assembleias, mas também amigos de vereadores, familiares, empregados de Câmara, não me refiro aos nomes.

Pergunto eu, deixo a resposta à digníssima Assembleia Municipal, será que o presidente de junta de freguesia a quem o estádio pertence, não tinha o direito de estar ali também com tais altos convidados?

Caso esteja enganado peço desculpa.

Só para terminar informo que não necessito de protagonismo, fui figura pública antes de vir para a política, não ando atrás de fotografos, o meu peso político consegui por mérito pessoal e não por compadrio, e é bem visível ao longo deste 16 anos à frente da maior freguesia do distrito de Coimbra.

Para que não haja dúvida ao contrário do que os outros pensam não vou desprezar este capital humano conquistado nem vou dá-lo de mão beijada."

Intervenção do Presidente da Junta de Freguesia de St^a Cruz:

"Aproveitando aqui a intervenção do Presidente de Junta de Freguesia de St^o António dos Olivais, efectivamente fiquei a saber que a Câmara ou alguém ligado á Câmara convidou alguns Presidentes de Junta para o jogo de futebol, Benfica/Paços de Ferreira. St^a Cruz não foi ouvida nem achada! Parece-me que há outros colegas que também foram ignorados.

O que me trás aqui hoje é o seguinte:

No dia 19 de Março, a Junta de Freguesia de St^a Cruz fez a apresentação pública da sua monografia. É um livro que tem 565 páginas, conta em parte a história da freguesia de St^a Cruz com 1047 anos, é um livro com duzentas fotografias e é uma obra espectacular.

Quem ler este livro verificará que St^a Cruz, faz parte da história local, nacional e mundial.

Disse mundial porque muitas pessoas passaram pela freguesia de St^a Cruz, principalmente no este mosteiro, percorreram mares e terras, há anos atrás levando realmente a historia e o nome de Portugal por esse mundo fora.

Numa determinada altura, nós quando avançamos para esta obra, que demorou 5 anos, dirigimos um pedido à Câmara Municipal, e a outras entidades e empresas no sentido de ver se nos apoiavam nos custos desta obra.

Várias empresas e serviços disseram normalmente que não, é o hábito, ou vamos cedo ou vamos tarde. As únicas entidades que nos apoiaram foram a Delegação de Regional da Cultura do Centro com cinco mil euros e a Câmara Municipal de Coimbra com seis mil euros.

O pedido foi feito ao senhor Presidente da Câmara, logicamente, o direccionou para o departamento de Cultura, porque penso que é este departamento que decide nesta questão de edição de livros. Até aqui entendo que a Câmara deu os seis mil euros e mais não era obrigada, mas numa determinada altura tive conhecimento deste livro que é a monografia de um clube desta Cidade, este livro de St^a Cruz relata 1047 anos de história, este livro de um clube desta cidade a qual tenho imenso respeito e admiração são 65 anos, é um dito que tem muitas data, e algumas fotografias.

Aqui é realmente a minha dúvida, á freguesia de St^o Cruz foi a comparticipação de seis mil euros, a este livro dos Olivais Futebol Clube a Câmara Municipal de Coimbra através de uma informação do departamento do Desporto a qual passo a ler:

“Na acta de nº 15 de 24 de Maio de 2010, livro dos 65 anos do Olivais Futebol Clube. Apoio

Para o assunto mencionado em epígrafe e com base na informação 1569 de 21 de Abril, de 2010, da Divisão de Gestão Desportiva o Executivo deliberou atribuir ao Olivais futebol Clube um subsídio de 20 mil euros”

Meus senhores 20 mil euros para um clube de futebol cuja uma freguesia teve apenas seis mil euros!

“Destinados a participar parte da verba pretendida pela colectividade com edição de dois mil exemplares do livro da edição dos 65 anos do Olivais Futebol Clube.”

Gostava que me fosse explicado primeiro porque é que o departamento do Desporto que dá esta orientação no sentido de ser deliberado para ser atribuída esta verba?

Penso que está aqui alguma coisa que está mal. Se calhar o Sr. Presidente da Câmara quando recebeu a carta da Freguesia de St^a Cruz deve-a ter a direccionado mal.

Gostava que me explicassem esta situação.

Devo dizer que fiquei triste quando tive esta notícia, se o livro de St^a Cruz não estivesse quase na fase final na tipografia, eu prescindia dos seis mil euros, e teria desistido, acho isto incompreensível.

Outra situação, que já vai na terceira vez que falo sobre o assunto, nesta Assembleia Municipal.

Tantas vezes falo para ver se resolvem a situação. Não sou só eu que tenho de ouvir as pessoas, alguém também tem de me ouvir a mim.

É sobre o Parque infantil da rua de Aveiro.

Desde Agosto de 2008, já lá vão quase 3 anos, que aquele Parque esteve abandonado, e à cerca de um ano foi desactivado, a Câmara retirou tudo.

No Vale das Flores, em Outubro, o parque ali existente também ficou degradado. Talvez porque a comunicação social falou, e pessoas reclamaram, a Câmara executou logo os trabalhos, e passado seis meses o Parque já está em funcionamento.

Pergunto, porque é que o da rua de Aveiro é diferente do Vale das Flores?

Em St^a Cruz nós olhamos para as pessoas e para as coisas todas da mesma maneira, mas nesse aspecto a Câmara esta a olhar para algumas zonas e para algumas pessoas de maneira diferente.

Gostava que me dissessem para quando o Parque Infantil da Rua de Aveiro está activado, porque gostava de poder informar as pessoas.

Não vou dizer que estou farto de levar nas orelhas, porque no dia que estiver farto do lugar que ocupo, só tenho uma coisa a fazer vou embora. Mas, tenho andado a evitar que algumas pessoas venham à Câmara barafustar, não sei se vou conseguir evitar que as pessoas manifestem o seu desagrado junto do Executivo.

Gostava que me esclarecessem estas duas questões, em relação subsídio do livro e ao Parque Infantil.

Outra questão que também aqui já falei, é sobre o espaço verde envolvente no bairro camarário na Conchada., conhecido pelo antigo Casarão.

Aquele parque é de gestão municipal, o bairro é municipal, chamo a atenção do Departamento de Habitação e dos Espaços Verdes. Queria saber quando é que mandam fazer a manutenção aquele local. As pessoas estão permanentemente a ir à junta de Freguesia a reclamar porque na Câmara ninguém os ouve e é com o Presidente da Junta que eles vão ter.

A Câmara aceita espaços verdes envolventes em zona de luxo e urbanizações, penso que aí quem deveria fazer essa manutenção era os condomínios, aí encontra-se tudo arranjado, a Câmara tem despesa de manutenção com essas zonas ou não? Que eu saiba é pessoal é material tudo à conta da Câmara, porque é que os espaços mais pobres, ou seja, os bairros camarários não têm o mesmo tratamento?

As pessoas que moram nesses bairros camarários também são pessoas humildes e tem os mesmos direitos, porque além do mais é uma zona camarária que deveria ser tratada e cuidada.

Como nem tudo é mau, realmente há aqui um departamento da câmara que trabalha muito bem, independentemente de muitos outros.

É a "Brigada tapa buracos", são quatro funcionários extraordinários, há que os louvar, são pessoas de trabalho.

Uma palavra de incentivo à Polícia Municipal, que normalmente a comunicação social e muitos cidadãos gostam de falar deles, dizendo que só sabem andar à caça da multa, mas na verdade, eles cumprem a sua missão. Já fiz, várias perguntas a cidadãos perguntando-lhes se alguma vez algum policia homem ou mulher passou coimas a alguém que não estava a infringir. Penso que se deve incentivar aquela polícia.

Em relação as ruas da Baixa.

Há dias passei na Rua da Moeda, ouvi um estrondo, foi um andar que há anos foi atabalhoadamente feito em cima de um telhado e agora desabou em cima doutro.

Gostava que a Protecção Civil fizesse a vistoria aos prédios degradados e a Câmara tomasse precauções porque qualquer dia acontece uma desgraça e depois vamos ver quem é o responsável. É um alerta que deixo aqui."

Intervenção do deputado municipal Jorge Lemos (PS):

"Esta intervenção do Presidente de Junta de St^a Cruz fez-me recordar uma coisa que não me deixa muito satisfeito. Isto, é uma nota para o Senhor Presidente da Câmara, porque se calhar não olha para o chão. Quero dizer com isto que, aqui mesmo, nas ruas principais da Baixa os calceteiros desta Câmara estão a substituir a calçada por cimento. Isto não se compreende, não é correcto substituir as pedrinhas que faltam por cimento.

Outra coisa que me deixou mal impressionado foi o facto de um empreiteiro que andou a fazer um trabalho para a EDP de melhoria energética da na zona da Baixa, fizeram um rasgo no chão e que agora vai assim ficar por muito longo tempo.

Quero chamar a atenção para estes dois casos.

Queria, numa intervenção muito breve colocar duas questões relativamente ao Centro de Congresso que está em obras.

É uma empreitada da Câmara Municipal, que custa 31,5 milhões de euros, cofinanciada com 16,5 milhões de euros, em que a Câmara vai entrar com 15,15 milhões de euros. O que estava na informação que foi aqui aprovada pela Assembleia Municipal e ao contrário de outros "Centro de Congressos", este localiza-se numa cidade em que há uma procura muito significativa de congressos, fruto das fortíssimas ligações internacionais e da notoriedade da Universidade de Coimbra e do consumo do seu sistema do ensino superior.

A Cidade não dispõe de espaço para albergar eventos de grande dimensão, e essa obra visa colmatar essa lacuna. O Projecto tem uma importância decisiva para o sistema produtivo de Coimbra.

Concordo plenamente com isso e aplaudo a evolução desta obra.

No mesmo documento diz que inclui 83 salas de reuniões congressos com a capacidade para 11.004 pessoas, está na página 119 do relatório do Reot.

Portanto, Coimbra não está tal mal servida com locais para reuniões e congressos.

Efectivamente, a nossa Cidade necessita de um espaço mais amplo para grandes centros de congressos, isso é que é importante.

As questões que quero expor são as seguintes:

-Qual o modelo de gestão que a Câmara Municipal de Coimbra tem pensado para este projecto? Porque a obra já tem 6 meses de evolução, termina em 2013, e estamos em cima do terminus da obra.

E isto tem de ser pensado com tempo.

-Que parceiros pensa convidar?

-Já tem alguma equipa a pensar na ocupação deste edifício, pois os Congressos não marcam de um dia para o outro?

Os congressos marcam-se coma antecedência.

Aplauzo a obra acho que a obra é importante para Coimbra.

Gostava que a Câmara me respondesse as estas questões."

Intervenção do deputado municipal João Lucas (BE):

"Em primeiro lugar, o Bloco de Esquerda quer saudar o novo líder parlamentar do Partido Socialista, esperamos contribuir com a nossa colaboração para o êxito do nosso trabalho conjunto.

Encontrámo-nos há dois dias para lembrar e reviver a revolução iniciada em 25 de Abril de 1974. Cada pessoa e cada grupo sublinha, nesses acontecimentos, as marcas que considera relevantes, de acordo com os seus princípios e programas políticos. É, portanto, previsível que as visões do 25 de Abril, expressas nas múltiplas sessões realizadas por esse país fora, não coincidam e, por vezes, até se oponham. Um sinal, sem dúvida, da liberdade que ajudámos a conquistar e da possibilidade real de coexistência de visões diversas da democracia. Contudo, quero salientar um tópico que foi, nestes dias, sobejamente glosado por intervenientes qualificados da nossa cena política: a necessidade de convergências, de consensos alargados, de concertação de estratégias, de conjugação de esforços, em nome da saída da crise. Para que este tópico se tornasse mais convincente, foi acompanhado de uma retórica de contrição colectiva. Os líderes de opinião mais citados repetem, à saciedade, que todos somos responsáveis pela crise, que ela ocorreu porque houve comportamentos colectivos e generalizados que a provocaram, que os decisores políticos e seus conselheiros se limitaram a conter os seus estragos, uns com mais, outros com menos eficiência, conforme as opiniões.

Ora, como muito bem disse o senhor presidente da Câmara na sessão pública do 25 de Abril, estaremos, pelo calendário e pelo simbolismo, em tempos de Páscoa, isto é, de passagem de uma situação mais opressiva para outra mais livre, à semelhança do povo hebreu na saída do Egipto. Contudo, na verdade, não é de Páscoa que os nossos governantes e co-governantes nos querem falar. Querem antes falar-nos de Quaresma, de uma longa Quaresma, de uma Quaresma de muito mais do quarenta dias, em que nos pedem atitudes submissas, de penitência e de arrependimento. Pedem às vítimas da crise, que a estão a sentir dramaticamente na pele, que se vitimem a dobrar, que se sacrifiquem e penitenciem porque têm a sua quota de responsabilidade na sua génese. Entretanto, aqueles que, para benefício próprio ou de confrarias de amigos, transferiram riqueza para paraísos fiscais, aqueles que hipervalorizaram bens imobiliários e mobiliários, reais ou fictícios, e que, articuladamente com instituições bancárias, legais ou ilegais, os venderam, distribuindo crédito sem critério para realizarem escandalosas transacções financeiras, aqueles que descapitalizaram empresas para jogar no casino das aplicações financeiras de alto risco, os que, estando em lugares de responsabilidade e/ou de decisão política, em nome da liberdade dos mercados, deixaram seguir a festa e, porventura, ajudaram a deitar os foguetes, todos esses, no âmbito nacional, europeu e internacional, estão agora a celebrar as suas habilidades, as suas oportunidades, os seus êxitos pessoais e institucionais. Pelo caminho, foram apanhados e condenados alguns destes notáveis – poucos, infelizmente! – embora neste país ninguém, até agora, o tenha sido. Se o sistema capitalista em que nos movemos é velho e sabido, pelo menos, de dois séculos, se é responsável pelos maiores avanços da

humanidade até ao momento, das duas uma: ou falhou redondamente nas suas instâncias de controlo e regulação – o que na era tecnológica em que vivemos parecerá um contra senso – ou, pura e simplesmente, instituiu como norma matricial da sua natureza e do seu funcionamento a imoralidade, a irresponsabilidade, enfim, a lei da selva, isto é, do mais forte. É por isso que, num primeiro momento, quiseram dizer-nos que a crise era ‘natural’, que tinha acontecido devido a factores imprevisíveis, que nos tinha caído em cima, à semelhança das catástrofes naturais. Quem assim fala, presume-se especialista em ciência económica ou pelo menos julga-se bem aconselhado. Disserta como se fosse meteorologista ou sismólogo. Na verdade, afirma-se portador de uma crença ou, melhor, de uma credice, que quer impor à sociedade: os mercados autorregulam-se, os estados e outras entidades reguladores não devem intervir neles, as suas forças, mesmo que contraditórias, reequilibrar-se-ão. Vemos o resultado desta conversa: o sistema baqueou, as torneiras normais e de segurança abriram-se umas atrás das outras e o dinheiro escorreu, em torrentes, de uns bolsos para outros. Os que perderam lamentam, vociferam e correm aos cofres dos estados, que é como quem diz dos contribuintes; os que ganharam, calam-se muito bem calados ou, quando interpelados, afirmam que tudo se passou dentro das regras do jogo. Os comentadores, farisaicamente, lamentam o sucedido, mas ganham também. Têm estes grupos em comum uma coisa: são os primeiros responsáveis pelo estado de coisas a que chegámos. Por tudo isto, esta catástrofe tem tudo menos de natural. Foi completamente artificial, isto é, foi concebida, desenvolvida e concluída pela acção de aventureiros das praças financeiras, uns mais conhecidos que outros, devidamente assessorados por reconhecidos economistas e decisores políticos. Porém, como os artifícios e os artífices deste descalabro se começam a identificar em análises independentes recentemente divulgadas, mudou o discurso: embora resultando comprovadamente da acção humana e não de causas naturais, é bom que se diluam as responsabilidades, que se dispersem as culpas, enfim, que se crie um estado de confissão colectiva. ‘Todos fomos responsáveis’ – repetem-nos e querem que repitamos todos os dias. Para quê? Para que aceitemos de bom grado a respectiva penitência: que paguemos dos nossos salários, com os nossos impostos, com o aumento do custo de vida, com a diminuição dos nossos direitos sociais, com o desemprego, com a hipoteca das novas gerações, enfim, com a nossa vida quotidiana, as imprudências, os desmandos, as irresponsabilidades de pessoas e de instituições que não olharam a meios para jogarem, no casino de Wall Street e similares, o direito à vida, à saúde, à educação, a prestações sociais dignas de milhões de cidadãos de todo o mundo. Quem foi atingido? Todos? Nem pensar! A ‘nata’ fica de fora. Em primeiro lugar, são atingidos os mais frágeis – os desempregados ou com empregos precários, jovens ou mais velhos, impossibilitados de reconquistarem empregos; em segundo, os que vêm a seguir – as classes médias assalariadas até que o desemprego lhes bata à porta: impõem cortes nos vencimentos e nas pensões, ameaçam com privatizações dos serviços públicos, para que todos os paguemos pela segunda vez, nos impostos e nas taxas de utilização. Aos trabalhadores no activo prolongam sadicamente a idade da reforma e fazem crer que as pensões, calculadas por fórmulas feitas para lhes cortarem as legítimas expectativas, serão uma benesse e um peso financeiro para a comunidade. Entretanto, fragilizam as gerações jovens, retardando

indefinidamente a sua entrada na vida activa e, conseqüentemente, a captação de receitas para a segurança social pública. Estas viverão as suas vidas no curto prazo e na permanente instabilidade. Na melhor das hipóteses, que adiram a planos de poupança-reforma das seguradoras privadas!

Perante este quadro, havendo um consenso generalizado, baseado no instinto de sobrevivência, de que há necessidade de sair deste atoleiro, entramos em divergência nas estratégias quanto aos caminhos a seguir. Quem fica do lado dos prevaricadores, procura minimizar a sua responsabilidade e utiliza os bens públicos para recompor o seu património. São estes que agora pedem ‘consensos alargados’ e ‘medidas corajosas’. Quem os denuncia e defende a causa pública, entra na lista dos que não têm propostas consistentes, que não querem colaborar e que contribuem para arrastar a crise. Num segundo momento, com os orçamentos públicos esgotados, as instituições bancárias, que os sugaram antes, vêm, arditamente, fazer usura, cobrando juros elevadíssimos pelos empréstimos que concedem. Os mesmos comentadores de há pouco, em nome de supostas causas naturais, aparecem agora a justificar este estado de coisas e a convencer a opinião pública da inevitabilidade das penhoras dos bens públicos para... ‘acalmar os mercados’.

A quem pedir contas, então? A quem pedir sacrifícios e restrições? A quem, ao contrário, proteger? Não há, certamente, consenso sobre as respostas. Se, dum lado, há enormes interesses privados a defender, do outro há um interesse geral a preservar e bens públicos a proteger, construídos por gerações de trabalhadores e de empresas contribuintes que, ao longo de décadas, descontaram para a segurança social pública, no quadro de um verdadeiro contrato intergeracional, que agora nos querem convencer que falhou.

Não estando de acordo na resposta àquelas perguntas, parece-me, contudo, que podemos constatar que o nosso modelo de sociedade e de economia se baseia numa escandalosa disparidade: os que vivem do seu trabalho regular, como assalariados ou como empresários, têm as suas contas, os seus rendimentos e as suas condições de exercício profissional permanentemente controladas pelo fisco, pela segurança social, pelas autoridades sanitárias e de segurança no trabalho; ao contrário, os apostadores nos casinos da alta finança, que movimentam milhões, gozam do privilégio da completa volatilidade dos seus rendimentos, da sistemática fuga a qualquer controlo e da impunidade imensa pelos seus actos e desmandos.

Outro modelo de sociedade é preciso!

Comemorar o 25 de Abril neste contexto é, em primeiro lugar, exigir rigor no debate político quanto ao diagnóstico desta medonha crise e ao apuramento dos seus responsáveis. Em segundo lugar, em função disso, tomar medidas que reponham a justiça entre os portugueses, aligeirando o fardo que pesa enormemente e quase exclusivamente sobre quem trabalha, aspira a trabalhar ou trabalhou a vida inteira.

Em terceiro lugar, nos planos nacional e local, decidir e aplicar medidas de emergência para acorrer a situações de alto risco de que são vítimas, em primeiro lugar, as crianças e os adolescentes, os idosos de menores rendimentos e todos os que estão em situações de maior fragilidade física e social.

Hoje, talvez sem surpresa, foi divulgado que Portugal está nos últimos lugares da lista dos indicadores da pobreza infantil nos países da OCDE. Um verdadeiro desastre!

Retomando a simbólica com que iniciei, precisamos de uma verdadeira Páscoa, de uma verdadeira passagem para outro tempo – de justiça e de solidariedade! Do que menos precisamos é de uma infundável Quaresma, que nos dirão sempre que está quase a terminar, mas que, com os senhores do dinheiro à solta, se arrastará por muitas séries de quarenta dias...

Viva o 25 de Abril! Justiça na economia!"

Intervenção do deputado municipal Serafim Duarte (BE):

"Gostaria de começar por saudar a Plataforma do Mondego Vivo, na pessoa do cidadão Paulo Silva que aqui veio, e bem, colocar as suas preocupações e justas críticas acerca da projectada mini - hídrica na foz do Caneiro. As questões que aqui colocou são, não só, muito pertinentes como sensatas e de grande importância para a preservação do rio Mondego, entendido em sentido lato e estrito como património ambiental, histórico e cultural de Coimbra e de toda a região. A projectada mini - hídrica, não só, não corresponde a uma necessidade real das populações e da região, como constitui, mesmo, um verdadeiro atentado ao património natural, histórico e cultural, mas é também um contra-senso em termos económicos. Pois que, como foi aqui salientado, a mini - hídrica põe em causa importantes actividades económicas que se desenvolvem em torno do rio Mondego. Faz por isso todo o sentido que esta Assembleia venha a tomar uma posição acerca da questão.

Mas a substância do que hoje aqui me traz e que constitui a essência da minha intervenção é outra questão.

É uma Recomendação ao Executivo Municipal de Coimbra

Medidas de emergência social no combate à crise.

Em Dezembro de 2008, propusemos nesta Assembleia a constituição de um **Gabinete de Emergência Social**, que mobilizasse de forma concertada e articulada a Divisão de Acção Social e Família e a Rede Social do Município, a fim de proceder a um levantamento, o mais exaustivo possível, de todas as situações de pobreza, exclusão social, grave endividamento de famílias e pequenas empresas, no sentido de a Câmara, em articulação com outras instituições locais, providenciar respostas sociais mais eficazes e atempadas. A proposta foi então recusada pela maioria.

Dois anos decorridos e com a ameaçadora espada da crise pendente sobre as cabeças dos cidadãos, em especial dos mais desprotegidos e vulneráveis, cremos fazer todo o sentido propor de novo a esta Assembleia e através dela ao Executivo Municipal a adopção de um Programa de Emergência no Combate à Crise.

Fazemo-lo, tendo por base duas fortes convicções. Por um lado, a de que o Executivo Municipal, não se pode alhear dos problemas e dificuldades dos seus munícipes, nem tão pouco enjeitar as suas responsabilidades no domínio social, cabendo-lhe protagonizar e operacionalizar políticas concretas que ajudem a minorar as situações de carência, pobreza e exclusão social. Por outro, lado a forte convicção de que as políticas de apoio social não

constituem mero terreno de acção caritativa e assistencialista, mas antes se prefiguram como afirmação de direitos humanos.

Toda a pessoa tem direito a um nível de vida suficiente para assegurar à sua família as condições mínimas de bem-estar, segurança e dignidade, particularmente em situações de perda de meios de subsistência por circunstâncias independentes da sua vontade.

Estes são direitos igualmente consagrados na nossa Constituição.

Porque não partilhamos da concepção de que quanto pior melhor, nem tão pouco do egoísmo social que despreza e aprofunda a marginalização dos mais desprotegidos, responsabilizando-os pela sua situação de fragilidade, mas antes pensamos que o princípio da solidariedade deve constituir um imperativo de todos nós.

Porque cientes de que os reflexos da crise que já hoje se fazem sentir de igual modo na cidade e no concelho de Coimbra se irão agravar as situações de carência social e económica atingindo, sobretudo, os grupos sociais mais vulneráveis: desempregados, pensionistas, famílias sem rendimentos ou com rendimentos insuficientes, trabalhadores precários e vítimas de exclusão social.

Porque uma cidade democrática, solidária, social e economicamente sustentável só o poderá ser quando se preocupar em garantir a todos os cidadãos e cidadãs, sem exclusões, um razoável nível de bem-estar e de qualidade de vida, e nomeadamente o direito à satisfação das suas necessidades básicas.

A Assembleia Municipal de Coimbra, reunida em sessão ordinária de 27 de Abril de 2011, decide propor ao Executivo Municipal a adopção das seguintes medidas, que não excluem outras, possíveis e desejáveis, a implementar no curto/médio prazo:

1. A instituição de tarifas sociais com 50% de desconto nas taxas de água, saneamento e lixo, a aplicar aos beneficiários do RSI, complemento solidário de idosos, casais desempregados e agregados familiares cujo rendimento não ultrapasse o dobro do valor da pensão mínima do Regime Geral de Pensões.

2. Redução extraordinária de pelo menos 50% da renda social de habitação para casais desempregados.

3. Implementação, em articulação com a rede social do concelho de pelo menos uma cantina social que ponha em prática um plano de emergência alimentar.

4. Medidas de reforço de apoio aos alunos carenciados, nomeadamente o fornecimento de refeições (almoço e jantar) e nos períodos de interrupção lectiva.

5. Concessão de passe de apoio social gratuito nos transportes para casais desempregados e redução de 50% no passe social geral para agregados familiares cujo rendimento não ultrapasse o dobro do valor da pensão mínima do Regime Geral de Pensões.

6. Constituição de um Gabinete de apoio técnico, em articulação com Instituições e Organismos públicos e privados (IEFP, Associação Nacional de Direito ao Crédito, IAPMEI, Centros de CRVVC, Politécnico, etc.) **à incubação de micro-empresas** dirigidas aos mais desfavorecidos, nomeadamente desempregados/as de longa duração e beneficiários de RSI, a fim de **facultar apoio, orientação e acompanhamento técnico na elaboração de projectos a submeter ao financiamento de micro-crédito**, bem como facultar formação gratuita adequada, certificação de produtos e serviços, apoio ao marketing e à distribuição/divulgação de produtos e serviços.

Vou de seguida fazer a entrega da nossa recomendação à Mesa da Assembleia, que foi previamente distribuída a todas as bancadas dos grupos municipais."

Intervenção do deputado municipal Horácio Santiago (PS):

"Venho aqui falar de três assuntos:

Projecto de lar de Idosos da CELIUM - IPSS

Um agradecimento muito grande aos técnicos da Câmara Municipal e ao Senhor Presidente, mas também de muitos outros organismos de que a Associação Nacional de Protecção Civil, Administrativa Regional Saúde, Segurança Social, Águas de Coimbra EDP, e outros que permitiram que no prazo de 3 meses se realizasse e fosse aprovado um projecto de grande interesse social e local.

De realçar que existem funcionários públicos muito compenetrados e bem cientes do seu dever que ultrapassam os horários, usaram os seus próprios tempos e conseguiram a aprovação atempada deste projecto. Realço ainda, o facto de alguns serem jovens técnicos, com valores em empenho e muito responsáveis.

Um bem haja a todos em nome da CELIUM.

Pagamento em atraso

Não sabiam mas fica a saber, sou Presidente da IPSS- Coimbra. No exercício desse cargo ficam também a saber que algumas IPSS têm pagamentos em atrasos de muitos milhares de euros, de AEC's, refeições e outros serviços.

Pedia a V. Ex.^a, Senhor Presidente da Câmara de Coimbra que desse prioridade a estes pagamentos, até porque o Estado, o Governo, ao que julgo, tem feito a transferência atempadamente dentro dos prazos.

Em tempo de crise, as IPSS têm, ainda mais dificuldades e têm mantido os serviços apesar dos atrasos nos pagamentos.

AEC's- Desacordo de opinião com o Senhor vereador João Orvalho.

Descobri na essência, as AEC'S há perto de vinte anos, na Holanda, numa visita de um Grupo Folclórico, Escolas com salas de música, com pavilhão desportivo, expressões e língua estrangeira.

Considero, portanto, que as AEC'S foram uma grande iniciativa da Dra. Maria de Lurdes Rodrigues, então Ministra da Educação, que se pode pecar por tardia. Com oportunidades de melhoria, concerteza, mas um grande facto de desenvolvimento da educação.

É por isso que não posso aceitar a opinião que transmitiu naquela iniciativa da INTEGRAR e do CASPAE, dando a ideia de que as AEC'S poderiam terminar no próximo ano lectivo, por falta de meios financeiros.

Ora, os meios financeiros são do Ministério da Educação, não da Câmara Municipal de Coimbra, não lhe cabendo a si tal decisão. Terminar com as AEC's implicava o reatamento dos ATL's e as despesas só muda de Ministério, não do País ou de qualquer parte do território. As IPSS precisam de se organizarem e pedem um esclarecimento a V. Exa."

Neste momento, o líder do Partido Socialista pediu alteração aos pontos da ordem de trabalho em virtude de ser uma agenda muito grande, ver quais são os pontos essenciais e de interesse também da Câmara.

O deputado Maló de Abreu concordou em alteração aos pontos e fazer-se uma extraordinária.

Intervenção do deputado municipal Ferreira da Silva (PS):

"Ultrapassadas as guerras da representatividade da Mesa e da questão dos convidados para o jogo em Taveiro e da Liga, permitam-me saudar o Presidente da minha bancada nesta Assembleia, que estou certo que os 8 anos de experiência como vice presidente no Parlamento Europeu, será uma mais valia nesta Assembleia Municipal. Aliás, penso mesmo que, isso hoje já foi aqui revelado em pequenos pormenores.

Relativamente ao assunto colocado pelo Presidente da Junta de Freguesia de Ribeira de Frades, não estando em causa a Ribeira ou Taveiro. O que foi pedido a esta Assembleia foi um parecer, e esta Assembleia não exerceu as suas funções, não por culpa dela, mas porque o Sr. Presidente não nos fez chegar.

O Presidente da minha Freguesia, naturalmente que já deve ter feito esta diligência mas eu estou a referir-me a uma entrada na cidade de Coimbra e mais propriamente quem vem de S. Martinho do Bispo, junto à Escola Superior Agrária, depara-se com uma estrada que há pelo menos 10 anos que nunca mereceu um tapete betuminoso e qualquer reparação.

Quero pedir ao Sr. Presidente da Câmara a sua reparação e tenho a certeza que não vai ignorar este pedido."

Intervenção do deputado municipal Torres Farinha "Pina Prata, Agora Sim":

"O momento que vivemos leva-nos a reequacionar permanentemente o nosso papel na sociedade, e o futuro incerto que se depara a todos nós e, em particular, aos nossos filhos.

Porém, podemos dizer que parte do que se sente é psicológico e que um clima e sentimento negativos não contribuem para a tão desejada e necessária mudança de atitude e de efectivo redireccionamento da nossa economia e que, para isso, uma atitude positiva é determinante para a desejável mudança.

Ora, tomando como determinante que uma atitude positiva constitui um contributo fundamental para a mudança necessária, não menos relevante é a solidariedade que se impõe com os que mais sofrem e, aí, todos temos responsabilidade.

É nesta perspectiva que recomendamos que todos nós abdicemos das nossas senhas de presença, referentes às reuniões nesta Assembleia. Mais sugerimos que o princípio seja extensivo aos restantes cargos de representação ou nomeação por este município, que cumulativamente ao seu ordenado de actividade pública e privada recebam senhas de presença de entidades onde estejam em representação do Município de Coimbra, para estes valores passarem a constituir um Fundo Solidário de apoio social de Coimbra a atribuir a pessoas carenciadas.

Nesse sentido, atendendo ao momento em que é necessária contenção de despesa pública, e a que houver se reflecta no apoio a quem mais precisa, eu eleito pelo movimento “Pina Prata. Agora Sim”, comunico formalmente ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Coimbra e ao Senhor Presidente da Câmara Municipal de Coimbra que disponibilizo as minhas senhas de presença das reuniões ordinárias e extraordinárias da Assembleia Municipal para o referido Fundo Solidário de Apoio Social aos carenciados de Coimbra.

Mais reitero o apelo para que todos me sigam neste propósito, para que possamos prestar o serviço público para o qual fomos eleitos de forma ainda mais solidária.

Desta maneira, estamos a transformar um momento negativo, num tempo com um valor de esperança, mesmo que incremental, mas com o simbolismo político de quem representa a cidade e que quer dar um sinal de esperança a quem mais precisa."

Intervenção do Presidente da Junta de Freguesia de Taveiro:

"Dificilmente iria para falar nesta Assembleia Municipal, mas a honra da minha Vila faz com que o faça.

Triste sim, sempre tratei das coisas com elevação, com respeito. tenho este amigos todos com quem partilho a minha vida política, que fazem o favor de serem meus amigos e outros que tinha uma amizade especial e em particular, entristece-me que tratem das coisas sem falarem comigo e tenha que saber das coisas pelo Presidente da Distrital do Partido Socialista e ao mesmo tempo deixar-me descansando dizendo que não me preocupasse que isto não ia dar em nada. Senão ele não me apoia. É triste, eu dizer isto, mas é também para o meu amigo saber os amigos que tem.

Outro Presidente da Concelhia responde aos seus camaradas socialistas de Taveiro, sim porque quando precisa de votos também tem socialistas em Taveiro, não se preocupem que o Zé Maria está lá, falem com ele, que ele não deixa andar o processo para a frente!

A minha pergunta é só esta, não gosto alimentar polémicas, não foi por falta dos jornalistas, porque tenho muito respeito por eles que me telefonaram para falar. O que respondi é que não alimento polémicas, porque para mim a amizade e o respeito mútuo está acima de tudo de guerras políticas, porque eu já estou na pré-reforma da política e o meu colega da Junta de Freguesia de Ribeira de Frades também, por isso, não vejo motivo para nos chatearmos, não sou pessoa de me chatear com ninguém.

O que quero dizer aqui é o seguinte:

È que os Carregais são de Taveiro desde 1864, não é do mandato do Presidente Barbosa de Melo.

Os Carregais já são de Taveiro do tempo que esta Câmara Municipal tinha na sua governação o Partido Socialista e no Governo o Partido Socialista e não lhe resolveram o problema. Isto não é caso único nem no Concelho nem no País.

Por isso, não sei qual é a pressa a precipitação em resolver o problema, porque é um problema que acontece em todo o território nacional.

O mais engraçado, é que por várias vezes este projecto-lei já foi à Assembleia da Republica, levado pelas mãos dos deputados do Partido Socialista e os mesmos deputados que levam o projecto-lei à Assembleia da República, pedem de novo para retirar o projecto lei.

Eu pergunto é culpa do presidente João Paulo Barbosa de Melo.

É culpa do Dr. Ricardo, ou do Dr. Miguel. Não é de certeza absoluta, os deputados que retiraram na Assembleia da República, o que sei estes dois não são deputados da Assembleia da República.

O que eu queria dizer, sempre o disse, é que as coisas devem ser resolvidas, até porque temos uma relação pessoal muito grande e que quero preservar, não vou deixar que a política estraga as amizades. Estamos em Lisboa várias vezes e na semana que foi metido o projecto-lei, raramente jantamos juntos e nessa semana estivemos juntos e não teve a hombridade de ter uma palavra comigo, eu respeito que defenda a dama dele, e eu tenho o direito de defender a minha dama.

Agora não me acham com cara de pai natal, eu estar a ver passar o projecto-lei e não defender a minha freguesia que me elegeu, quando houver uma reorganização administrativa nacional pois que seja feito o que deve ser feito, agora aqui não há campeões nem vencidos nem derrotados.

Aquilo que quero é que se respeitamos mutuamente, porque respeito muito as pessoas da Ribeira de Frades, e espero que o Presidente de Junta da Ribeira de Frades respeite os Taveirenses, porque não fui eu que criei aquilo, não foi esta junta de freguesia actual, é um assunto antigo que deve ser tratado em lugar próprio e por meios próprios.

Por isso, só venho aqui defender a honra da Vila de Taveiro."

Intervenção do Presidente da Junta de Freguesia de Brasfemes:

"O problema que trago aqui é um problema antigo, para muita gente pode não simbolizar nada, para a freguesia de Brasfemes significa muito.

Tínhamos um plano de actividades, nas nossas obras de protocolo de 2009, a Oval tem o brasão ou teria o brasão da freguesia e tem uma parte envolvente feito em cantaria, feito há muitos anos. Do que dependia da Freguesia, o trabalho foi concluído ainda em 2009. Passou-se 2010 e 2011 está a decorrer...

E para dizer o seguinte:

Os brasões que foram feitos nos Forno Freguesias de Vilela, Souselas, Trouxemil, esses foram feitos com pessoal da Câmara. Têm andado a entreter-me-me dizendo que é para a semana, para o mês seguinte e assim vai passando o tempo, e agora acabo de saber que a Câmara não tem disponibilidade de jardineiros para ir fazer o tal brasão.

A questão que quero resolver é a quem é que me tenho que dirigir, se é ao vereador Luís Previdência ou ao vereador João Orvalho.

O senhor Presidente hoje tem que me dar uma resposta que é para ver se resolvo este problema. Andar 2 anos, acho que já é tempo demais, para se

concluir uma obra, uma obra emblemática para a freguesia, é uma obra que não tem muitos custos, e mais, a freguesia já comprou os materiais já se estragaram porque a câmara não disponibilizou pessoal.

Acho que de uma vez por todas esta questão tem que ser clarificada.

A outra questão também provavelmente o Senhor Presidente da Câmara já o saberá, sou o segundo presidente de junta que vem aqui dizer que o serviço tapa buracos é um serviço eficiente e para as freguesia tem uma importância extrema, agora tapar buracos sem a massa fria não se consegue, já não há massa fria nos estaleiros desta casa já vai há um mês.

Portanto, sem matéria-prima não se consegue fazer este trabalho."

Intervenção do deputado municipal Maló de Abreu (Por Coimbra):

"Naturalmente dirigir-me ao meu amigo e colega Serafim Duarte, em relação às propostas que faz o Bloco de Esquerda, e esta introdução serviu para exactamente animizar aquilo que nós pensamos sobre as propostas do Bloco de Esquerda, acho que há nas propostas do Bloco de Esquerda, uma vontade, que é genuína e que nos acolhemos como boa.

O que nós responderíamos da seguinte forma se me permite:

Há um conjunto de propostas, que vista em grosso digamos assim, são propostas que poderemos considerar como boas, mas que importam ser quantificadas.

Perceberá V. Ex.^a quando diz que devemos reduzir em 50% de desconto das tarifas de água, 50% da renda social, medida de reforço aos alunos etc. etc quando, nós ainda há tão pouco tempo aprovámos um orçamento nesta Câmara, não seríamos sérios, sei que a vossa proposta é séria, no sentido social que nos preocupa, e nos preocupa a todos, isto é uma questão de todos. Estamos disponíveis para aprovar esta proposta, e todas as propostas que tenham carís social, em momentos difícil na sociedade portuguesa, obviamente pondo à consideração da Câmara a quantificação destas ajudas, e o suporte que será possível fazê-lo em termo de orçamento que nos aprovamos com as medidas que nos aprovamos.

Julgo que medidas de carís social, são sempre vêm vindas, obviamente que chocam com as possibilidades que a Câmara tiver em termos de resolução desses problemas.

Desde que a leitura seja esta, nós estamos absolutamente de acordo com as vossas propostas, ou outras propostas que venham no sentido de acções sociais.

Vamos, aliás, votar a favor de todas as moções que foram apresentadas tanto pelo Bloco de Esquerda como a do Partido Socialista.

Quero dizer ao deputado Torres Farinha que estas propostas são muito demagógicas. Já não é a primeira vez, que aparece este tipo de propostas das senhas de presença para obra de caridade.

Não faço caridade em primeiro lugar, sou sócio de instituições de solidariedade social, apoio as obras que devo e entendo apoiar, faço os apoios que devo fazer.

Acho perfeitamente demagógico e lamentável que se faça propostas deste tipo deste género no sentido de, o dinheiro das senhas dar a uma obra de caridade.

Cada um fará como entender, eu faço desse e de outro o que bem entendo e ajudo quem acho que devo ajudar.

Outro assunto que quero abordar e estou de acordo com o deputado Luís Marinho e com outros deputados, e vou pedir ao senhor Presidente da Mesa, não é a primeira vez nem será a última, eu nas funções que ocupo e o Senhor nas funções que ocupa e muito bem, mas é preciso que nós voltamos a debruçarmo-nos sobre o Regimento da Assembleia, sobre a dignidade da Assembleia, sobre a dignidade dos membros da Assembleia, é preciso que seja dado a continuidade ao grupo de trabalho desta Assembleia, porque ao longo destes 10 anos, tenho em todos os mandatos, tenho em todos os anos, tenho em todas as legislaturas, tenho frequentemente chamado a atenção para situações que podem ser facilmente resolvidas e só não são resolvidas porque não nos reunimos, não é porque não estamos de acordo, é porque não nos reunimos em grupo de trabalho para darmos seguimentos as propostas que deveremos dar.

Portanto, Sr. Presidente sabe bem a estima que tenho por si, da amizade que tenho mas, é importante que seja dado seguimento à proposta do deputado Luís Marinho, porque sinto em momentos que os membros da Assembleia são desrespeitados. Há várias cerimónias públicas que os membros da Assembleia são desrespeitados.

Há vários momentos da Assembleia que podem correr melhor, do que correm até aqui, vasta nós encontrarmos, não é perder algum tempo, mas sim reunirmo-nos e chegarmos a um acordo, penso que será fácil, para que a Assembleia possa funcionar melhor e que seja dada a dignidade maior a esta Assembleia.

Finalmente queria falar na qualidade de amigo, porque a qualidade de político que às vezes sou, de três em três meses obriga-me a cumprir uma missão é de apoiar o Executivo e apoiar necessariamente o Presidente da Câmara.

Mas queria falar na qualidade de amigo do Dr. João Paulo Barbosa de Melo.

Dizer que passado 100 dias sobre o início de funções, num momento extraordinariamente difícil, que foi da sucessão de quase de início de mandato ao Dr. Carlos Encarnação, dizer-lhe e porque os amigos dizem as verdades mesmos que elas custem, dizer-lhe que ele se tem comportado como Presidente de Câmara muito melhor daquilo que eu pessoalmente estimaria com que ele se portasse.

Com sinceridade devo dizer, não estou a falar do actual Presidente da Câmara e tenho a certeza que o balanço destes 100 dias, vejo até pelo nível de crispação nesta Assembleia em relação ao Presidente da Câmara, o balanço que faço, destes 100 dias do Presidente da Câmara e naturalmente do Executivo é um balanço positivo.

Obviamente que teremos aqui momentos de confronto em termos políticos, de confronto de acções que estão ou não por fazer, mas devo-lhe dizer que me sinto satisfeito com Presidente da Câmara Municipal que eu tenho em Coimbra."

Seguidamente foram colocadas à votação os seguintes documentos apresentados à Mesa e atrás transcritas:

Moção apresentada pelo Partido Socialista referente ao Dr. Luzio Vaz
A Assembléia deliberou por unanimidade aprovar esta moção

A recomendação apresentada pelo Bloco de Esquerda sobre medidas a tomar por causa da crise, foi aprovada com uma abstenção.

Período da Ordem do Dia:

Ponto 2 - Intervenção do Presidente da Câmara:

Nos termos da al. e) do nº1 do artº53º da Lei nº169/99 de 18 de Setembro não foi distribuída aos membros da Assembleia a informação escrita acerca da actividade da Câmara bem como a situação financeira.

Intervenção do Presidente da Câmara:

"Gostava de referir brevemente algumas questões que foram aqui levantadas, há aqui intervenções que eu desconhecia totalmente, em alguns temas irei informar-me e depois terei muito gosto em fazer chegar as respostas a quem aqui as solicitou.

Em primeiro lugar cumprimentar o novo líder da bancada do Partido Socialista, sabendo que a sua longa experiência política será certamente uma mais valia, para a nossa Cidade e para a nossa Assembleia e contribuirá, tenho a certeza, para elevar o nível da discussão que aqui todos fazemos. Conta certamente connosco como também sabemos que contamos consigo.

Gostava de dar uma informação e congratular em nome da Cidade toda e do Município.

O próximo congresso da Associação Nacional de Municípios, XIX, vai realizar-se em Coimbra, no dia 9 de Julho, e apesar da sede da Associação Nacional ser em Coimbra, será pela primeira vez que o Congresso se realiza na nossa Cidade.

É certo que, a nós todos que servimos o poder local enche-nos de orgulho, vamos todos fazer o possível para receber bem os 307 presidentes e outros representantes das Câmaras Municipais e um Presidente de Junta por concelho será feito na nossa Cidade, por isso, ficam convidados a esta recepção que esperamos que seja ao nível de Coimbra, como sempre soube e saberá fazer.

Outra informação é um assunto que não foi aqui referido, embora seja hoje objecto de algumas referências jornalísticas, é o facto de, no próximo sábado, se realizar um jantar de autarcas e empresários, colocando na agenda a abertura ao tráfego civil da Base Aérea de Monte Real.

Pedem os organizadores que todos aqueles que se revejam nesse projecto, se desloquem no sábado a Monte Real. Penso que era uma manifestação de maior força da nossa Região.

Julgo que será muito importante para Coimbra e para a sua envolvencia, havendo agora investidores privados interessados em serem eles a pagar a obra que é necessária, não será preciso um tostão dos serviços públicos, é muito importante dar aos vários partido políticos que concorrem, que afinal a região está por detrás deste trajecto.

Uma nota também, ninguém falou de Metro Mondego, passou-se um episódio triste, na chaga do Metro Mondego, porque enquanto todos contávamos a exemplo do que nós próprios iremos fazer mais próximo desta Assembleia, entregar, ao Fundo de Investimento da Baixa de Coimbra, os prédios que são da Câmara, contávamos ontem que o Estado permitisse que os prédios da Metro Mondego a esse fundo de investimento.

Infelizmente, o representante do Estado vinha com instruções de não votar esse assunto considerando que não era oportuno para ele ser resolvido.

Gostava de manifestar aqui, como já fiz ontem à comunicação social, a minha indignação de certamente de todo o município a forma de se tratar este assunto pondo em risco a própria concretização do Fundo de Investimento para a Baixa de Coimbra, que é evidentemente uma prioridade para nós todos.

Gostava por último e peço desculpa de não estar a referir-me a todas intervenções, mas terei muito gosto de responder as questões mais particularmente a quem as pediu.

Começava por fazer aqui uma referencia à questão que foi aqui levantada pelo Senhor Presidente da Junta da Ribeira de Frades, sobretudo para lhe dar nota, creio que estas questões podem e devem ser resolvidas com o diálogo entre as partes, gostava de oferecer o meu gabinete, oferecer os meus préstimos para consigo e com o Presidente de Junta de Taveiro, conseguirmos na próxima legislaturas, conseguir de facto resolver esta questão com o contributo de todos.

Contará certamente comigo para isso, como contará o Presidente da Junta de Taveiro, como contam todos os Presidentes de Junta para questões de natureza similares."

Seguidamente o Presidente da Mesa colocou à discussão em conjunto os pontos que se seguem:

Ponto 3 - Relatório de Gestão e Prestação Contas da Câmara Municipal de Coimbra relativos a 2010

Ponto 4 - Relatório de Gestão e Prestação Contas dos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra relativos a 2010

Ponto 5 - Inventário do Património Municipal de 2010

Ponto 6 - Demonstrações Financeiras Consolidadas

Ponto 7 - Pareceres do ROC

Intervenção do deputado municipal Serafim Duarte (BE):

"Relatório de Gestão e Prestação de Contas

A apreciação do Relatório de Gestão e prestação de contas do Município, coloca-nos perante dois tipos de questões, a considerar, intrinsecamente interligadas. Por um lado a análise contabilística que incide sobre o rigor e a conformidade das contas prestadas e a sua transparência. Por outro, as opções de gestão autárquica, que reflectem prioridades e opções eminentemente políticas. Estas duas dimensões são indissociáveis e é tendo em conta inter-relação destes dois níveis que nos iremos pronunciar.

Aferir da correcção de procedimentos e da conformidade da documentação fornecida, em termos contabilísticos, atendendo à densidade da informação e à

tecnicidade dos documentos, é uma tarefa de alguma complexidade que exige além de conhecimentos técnicos, tempo útil para uma análise mais atenta e detalhada, coisas de que não dispusemos de todo.

Ainda assim, há um conjunto de dados bastante objectivos que devem ser tidos em conta na análise da execução orçamental de 2010. Desde logo, o primeiro reparo crítico prende-se com um claro e **acentuado desfasamento entre as receitas previstas e orçamentadas**, quer correntes quer de capital e as correspondentes taxas de execução das mesmas. **Desfasamento que se traduz numa diferença negativa de 65,4 M€**. Isto porque a **taxa de execução total se ficou apenas pelos 58,2%**, a mais baixa taxa de execução dos últimos cinco anos. Para tal situação concorreu a baixa taxa de execução das receitas de capital que apenas alcançou os 27,5% arrecadando apenas 17,3 M€ dos 63 M€ previstos em sede de orçamento. Igualmente fraca foi a taxa de execução prevista na rubrica “Venda de bens de investimento” que se ficou pelos 4,7% apenas arrecadando 1,3 M€ dos 28,5 M€ previstos. Esta é uma situação que encontra explicação nas más práticas deste executivo municipal que sempre inflaciona as receitas comprometendo, desta forma, a despesa que é como quem diz, a concretização do orçamento previsto e aprovado por esta Assembleia. Neste contexto ganha maior acuidade e premência a proposta que aqui fizemos na Assembleia e que foi aprovada, embora com uma larga percentagem de abstenções, de preparação de um **orçamento de base zero**. Bem sabemos que tal desiderato não é de fácil execução exigindo preparação bastante antecipada em relação aos *timings* para a sua elaboração. Pelo que, a haver vontade de o levar a cabo, terá de começar a ser preparado com bastante antecipação. Estamos em crer que as críticas que acabámos de enunciar, justificam plenamente a adopção desta metodologia de elaboração orçamental, que as boas práticas aconselham e que reiteramos ser importante implementar em abono de um maior rigor e transparência dos orçamentos e da prestação de contas.

O enorme défice resultante da diferença entre a previsão de receitas orçamentadas e a receita efectivamente cobrada, coloca vários problemas, para além da óbvia **falta de liquidez financeira** que compromete vários projectos inscritos em sede de orçamento, **pode induzir a despesas sem a necessária cobertura financeira**. A esta situação não terá sido alheio o **aumento dos prazos médios de pagamento que chegou aos 117 dias no último trimestre de 2010**. Escusado será dizer que estes prazos de pagamento excedem largamente o que a lei prevê nestas matérias. O que, para além de acarretar consequências profundamente negativas para a economia das empresas, reduzindo a sua liquidez, traz ainda consequências negativas para a imagem e credibilidade do município, agravando as condições da contratação pública. Para além disso, e o que é ainda mais grave, **o atraso nos pagamentos às empresas acarreta o pagamento de juros de mora, que só nos últimos quatro anos ultrapassou largamente 1 Milhão de €**, comprometendo outros investimentos.

Nas receitas cobradas, destaca-se pela positiva a cobrança do IMI com um acréscimo de 522.330€ e do IUC com um acréscimo de 145.127€. Sublinhe-se que a receita cobrada de IMI de 22,8M€ constitui mais de 25% da receita total do município e que os constantes aumentos que tem vindo a registar, ano após ano, dão razão às propostas que o BE tem vindo a fazer no sentido de, não só,

proceder a uma ligeira redução da taxa de IMI, de modo a aliviar a carga fiscal que recai sobre os munícipes, como também incentivar os proprietários à reabilitação urbana nos centros históricos da cidade, concedendo-lhes isenção de IMI por um período de, pelo menos, cinco anos. Tanto mais que as quebras de receita poderiam vir a ser compensadas com a aplicação de taxas de agravamento do IMI a aplicar aos proprietários dos prédios devolutos e degradados que corroem, sobretudo o centro da cidade e colocam em causa o seu equilíbrio urbanístico e populacional, com evidentes prejuízos para a sua sustentabilidade e harmonia.

Esta, é uma questão que coerentemente temos vindo, sucessivamente, a eleger como questão central para uma política de reabilitação urbana sustentável. Infelizmente o estado de degradação que, ano após ano, se acentua no centro da nossa cidade, parece assumir um carácter de inelutabilidade que receamos poder vir a tornar-se irreversível. Pelo menos, a ter em conta não só os fracos investimentos feitos na área da “*Reabilitação Urbana dos Centros Históricos*”, como também a baixa taxa de execução das GOP, que nesta rubrica se ficou por uns magros 54,7% correspondendo a um valor de 2,8 M€. Com este ritmo de investimento e metodologia de reabilitação casuística, sem um plano de conjunto e uma aposta forte em termos financeiros, cremos que a agonia do centro histórico da cidade será, infelizmente, um dado inexorável.

Igualmente fraca é a taxa de execução da rubrica “*Promoção da Habitação, Reconstrução e Renovação Urbana*” que se situou numa taxa de execução de apenas 57,6%. São ainda de assinalar como dados mais relevantes nesta área de intervenção, as baixas taxas de execução registadas no Abastecimento de Água e Saneamento (36%), os “Espaços verdes e jardins” com apenas 31,9% e a “Valorização de Património Histórico e Cultural” com 36,4%. Em contrapartida a rubrica “Dinamização e promoção do Turismo” atinge a apreciável taxa de execução de 95,3%, sem que no entanto nesta área não se descortine nos resultados apresentados sensíveis aumentos na procura turística da cidade. Acresce, ainda dizer, nesta matéria, que de pouco servirão as campanhas de promoção turística da cidade se não formos capazes de melhorar a sua oferta em termos de espaços e focos de interesse, o que obviamente passa pela sua reabilitação e requalificação urbana e pela valorização do seu património histórico, mas também pela imagem que veicula em termos de uma cidade limpa e com espaços verdes atractivos e cuidados.

Quanto ao passivo registado nas contas do município continuou a crescer em 2010, aumentando 12,3M€, atingindo os 179,6 M€, situação preocupante do ponto de vista da saúde das finanças do município.

Concluindo, em coerência, e ponderando as críticas que formulámos ao Relatório de gestão e prestação de contas e ao sentido das orientações políticas que lhe estão subjacentes, o sentido do nosso voto será contra o presente Relatório.

Relativamente ao Relatório de prestação de contas dos SMTUC

Um primeiro apontamento de solidariedade para a já recorrente e justa crítica ao poder central que, em matéria de subsídios compensatórios concedidos aos serviços públicos de transportes urbanos discrimina cidades e cidadãos de 1.^a e 2.^a, concedendo a umas e a outros direitos diferentes num país onde deveria imperar a justiça e a equidade. Assim, aos transportes públicos de Lisboa e

Porto, são concedidas importantes somas a título de indemnizações compensatórias, enquanto que cidades como Coimbra que prestam serviços públicos de transporte em tudo idênticos, não têm direito a contrapartidas financeiras equivalentes, o que muito contribui para o agravamento da factura suportada por todos os munícipes, que no ano de 2010 orçou os 4,5 M€.

Continuamos, porém, a afirmar que para além da justeza desta crítica ao poder central em que tanto PS como PSD sempre manifestaram as mesmas atitudes - já que enquanto no poder nada fizeram para alterar esta situação de injustiça - do que a cidade precisa é de um verdadeiro plano de transportes e mobilidade que equacione de forma global e articulada, desde a localização e dimensionamento dos parqueamentos automóveis a construir, passando pela necessária articulação intermodal das redes de transportes colectivos públicos e privados, programando as suas inter-faces e equacionando sistemas de *park and ride*. Cidades médias europeias da escala de Coimbra, desde há muito que possuem redes intermodais de transporte onde um mesmo título funciona em serviços de transporte diferentes, com claros ganhos para os cidadãos e para a atractividade dos transportes públicos.

A sustentabilidade dos SMTUC passa por uma verdadeira política de promoção do transporte colectivo, que garanta um transporte cómodo, eficiente e fiável bem como a captação de novos utilizadores. Os números que este relatório de prestação de contas nos traz, não indiciam ir nesse sentido, uma vez que se regista uma diminuição continuada da procura, quando seria de esperar precisamente o contrário. Pensamos ainda, que a aposta em termos de renovação da frota deve privilegiar a aquisição de troleicarros que além de mais ecológicos, são mais baratos em termos de consumo de energia.

Tendo em conta os números e indicadores do Relatório de Gestão dos SMTUC, bem como as condicionantes da sua exploração o nosso voto vai no sentido da abstenção."

Intervenção do deputado municipal Pinto Ângelo (CDU):

"Naturalmente que, o volume dos documentos que nos são presentes e que merecem a nossa apreciação agora aqui, são de tal forma intensa que seria da minha parte descer ao pormenor e abordar cada uma das matérias que lá estão colocadas. Ai fazer uma pequena e breve avaliação do relatório de Gestão 2010 da Câmara Municipal de Coimbra, e nos aspectos consideramos essenciais e que tem vindo nos últimos anos a ser por nós considerado determinante na construção e de execução das competências do município de Coimbra.

Dizíamos em 21 Dezembro de 2009 quando da apreciação das Grandes Opções do Plano, que uma vez mais estaríamos a analisar programas de intenção cuja materialização e avaliação final se concretizaria em sede de discussão do relatório de contas.

Registámos o facto de, não haver neste relatório e contas que nos é presente uma apreciação global do exercício pelo Executivo Municipal, permitindo, arriscando alguma injustiça e tirar a elação de vários pelouros cujo balanços aparecem individualizados tenham funcionado desgarradamente sem um rumo global previamente definido e agora aferido nos seus resultados.

Mantêm-se no entanto, duas notas centrais na actuação da maioria do Executivo ainda com o plácido indirecto do Governo sustentado pelo PS.

O aumento do peso das receitas locais, no financiamento do Município correspondente à continuação da diminuição das transferências do Orçamento de Estado as verbas necessárias à garantia do suporte da responsabilidade sociais e educativas; tendências que se notam de forma exemplar e ao nível da despesa no auto financiamento dos Transportes Públicos de Coimbra e nos encargos com a educação.

Previa-se para 2010, a comparticipação do orçamento municipal na compensação dos custos social dos transportes públicos no montante de 4,200 Milhões€. De facto, o custo real suportado nas várias vertentes veio a ascender a 5,188 M€ correspondente a 13,33% do total da despesa efectivamente suportada, no ano em análise.

A contribuição do Orçamento de Estado é irrelevante, e pelo menos num caso, que terão oportunidade de encontrar no relatório dos SMTUC, e pelo menos num caso, tem a ver com os passes sociais, os compromissos de financiamento não foram cumpridos na data até 31 de Dezembro de 2010.

Sem que da parte do Eexecutivo Municipal algo visível seja feito, o Governo PS continua a ignorar o esforço pedido aos conimbricenses que pagam com os seus impostos a quase totalidade dos custos dos transportes públicos, os quais dada a vocação central de Coimbra, tem uma função metropolitana prestando serviço a todos os utentes, ainda que residem em outros municípios.

A situação de sub-financiamento dos serviços prestado pela autarquia em substituição do Poder Central, verifica-se também nos custo a suportar na educação.

Em 2010, fomos obrigados a suportar uma fatia maior dos custos com a educação no que respeita a apoios sociais, com as ajudas à alimentação e transportes. Já que, as transferências do Orçamento de Estado, para esse efeito são insuficientes, relativamente aos custos reais, do serviço prestado.

Para uma previsão de despesa de 3,500M€ ainda que só efectivamente foi pago o montante de 2,400M€, uma taxa de realização francamente baixa considerada matéria em causa, daí, poder-se eventualmente assistir a um factor sobre-orçamentação, a receita em todo o caso, e ainda o montante ainda pago de 2,400M€, a receita provinda do Orçamento de Estado reduz acerca de 700.000 € esperamos que tenham tido uma transferência real.

A diferença pagou o cidadão de Coimbra que suporta esta política com os seus impostos municipais.

Em particular o IMI, o Imposto Sobre Propriedade e Imóveis, cuja receita corresponde já a 25%, um quarto da receita global do Município, sendo em conjunto com os restantes impostos directos, ascende já um total de 42% da receita global só não sendo ainda maior muito provavelmente superior a 50% porque a conjuntura económica afectou negativamente a cobrança do imposto sobre a transação imobiliária.

Tudo isto, num país que persiste, por acção deliberada dos partidos que tem viabilizados os Orçamentos de estado PS/PSD/CDS/PP em não tributar os ganhos especulativos cujo os movimentos financeiros, cujo o uso e abuso proporcionou um caos de cultura que conduziu o País a uma situação financeira, desastrosa.

Ou seja, que ainda em dimensões diferentes das políticas de financiamento definidas pelos partidos do poder autárquico ou nacional, assumem em forma fácil a obter receita sem muito incomodo, sacar dos bolsos dos contribuinte

particularmente para não dizer exclusivamente os que vivem do seu trabalho, ou aplicaram as suas poupanças na aquisição de habitação própria.

A muito curto prazo, temos uma oportunidade de mudar. Não somos um povo marcado pela desgraça

Acreditamos portugueses na sua capacidade de trabalho e na sua realização, valorizando os trabalhos dos trabalhadores, criando a esperança e a confiança de quem produz e vive hoje em condições cada vez mais difíceis.

Porque é sempre com estes que os Países crescem e se desenvolvem”.

Intervenção do deputado municipal Jorge Lemos (PS):

"A minha intervenção é relativamente sobre os SMTUC visto que, os meus colegas de bancada irão falar sobre o relatório da Câmara.

Portanto, no contexto actual, compreendemos a situação como é vivida nos SMTUC:

Quero lamentar a continuação de falta de apoios da Administração Central, não só deste governo como dos sucessivos governos anteriores que até agora não têm enviado as respectivas verbas para os nossos transportes.

Aplaudimos a manutenção das tarifas da bilhética e das taxas de estacionamento, pois os SMTUC também têm uma importante função social nos transportes

Apesar disso, sabemos que houve um decréscimo de passageiros transportados, apesar de alguma recuperação verificada nestes últimos três meses, ainda não chegou para repôr as finanças em ordem.

Gostaria por isso de saber qual é a estratégia a utilizar pela Administração dos SMTUC, para aumentar o número de passageiros, e conseqüentemente o aumento de receitas, para eliminar os 3,1% que tem de diferencial relativamente ao ano anterior da receita bruta.

Para terminar, relativamente aos aspectos financeiros, houve efectivamente um aumento da dívida de 712.000€, em relação ao ano de 2009, o que se justifica em parte, com o que atrás frisei ao aumento de receita de 3,1% da receita bruta, e também com o aumento do gasóleo e dos combustíveis que tiveram um aumento quase de 460.000 €.

Nós temos que ter a noção de que estes transportes têm custos elevados nestes capítulos, com os custos dos combustíveis e reconhecemos que com estes aumentos não é possível fazer “filhoses de água”

Apesar destas notas eu queria aqui dizer que o grupo municipal do Partido Socialista não pode votar contra este relatório.

Por isso o voto do Partido Socialista é favorável."

Intervenção do Presidente da Junta de Freguesia de Stº António dos Olivais:

"Hoje ao contrário que é meu hábito resolvi intervir pela segunda vez.

Se a primeira o fiz de forma a apanhar boleia à intervenção do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de S. Bartolomeu, agora faço-o de uma forma mais pensada e reflectida.

Foi concerteza agradável, que li no relatório de gestão, que apesar de agora se ter começado a fazer a amortização do empréstimo do Estádio, a Câmara Municipal de Coimbra, está a pagar muito menos em juros, como resultado das

negociações que foram devidas em 2007 e que colminaram com a reestruturação do financiamento da Câmara nesse mesmo ano.

Lembro-me que na altura, quando foi apresentado o plano, a crítica foi feroz, havendo inclusive algumas comparações pouco sérias.

Constatado o que está hoje ter havido uma poupança de milhões de euros, é bom que se reconheça que o Dr. Marcelo Nuno, estava certo no que disse. Se tal não tivesse acontecido, talvez agora, só em relação a este ano, a Câmara tivesse que reembolsar quase 1,3Milhoes € a mais do que aquilo que vai pagar ou que já pagou. Não custa nada reconhecermos os resultados obtidos quando eles existem.

Acabo referindo-me às contas apresentadas pelos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos que, mais uma vez, são exemplo de uma gestão cuidada, atenta e transparente, sem os apoios do governo, iguais aos que dá a Lisboa e ao Porto."

Intervenção do deputado municipal Ferreira da Silva (PS):

"No ano anterior, há um ano, os vereadores do PS, não votaram o Relatório de Gestão e as Contas desta Câmara de 2009, ausentando-se da sala por entenderem, naturalmente, que as contas apresentadas não eram correctas.

Portanto, sem a presença dos vereadores socialistas em 12 de Abril de 2010, a maioria do PSD/CDS e CDU votaram e aprovaram as Contas de 2009.

Já nesta Assembleia então, denunciámos algumas das irregularidades.

Sobre tais contas erradas aprovadas pela Câmara, o ROC não produziu a sua certificação, nem o seu parecer, só o fazendo posteriormente.

Posteriormente, uma informação da Senhora Directora de Administração e Finanças, veio dar notícias que o Relatório da "Situação Económica — Financeira e Orçamental "foi elaborado" a partir de dados sobre as contas que não eram as definitivas nisto acompanhada depois pelo Sr. vereador responsável, hoje o nosso Presidente, Dr. Barbosa de Melo.

E é sabido que o ROC, colocou sérias reservas no seu documento de certificação legal dessas Contas votadas a 12 de Abril de 2009, logo porque empresas municipais participadas — como ele próprio salienta — não lhes facultaram as suas Contas para verificação da sua conformidade.

Não se passam agora, as coisas, de forma muito diferente. Estamos na mesma. Uma pequena diferença!

O Senhor Vereador da CDU, desta feita, não aprovou as contas, optou pela abstenção.

Estamos convictos, que para o ano, a CDU com o aproximar do calendário eleitoral autárquico, irá evoluir e também votar contra, caso continuem a ser sonogada ao ROC, à Câmara e à Assembleia Municipal informação das empresas participadas pelo Município.

Ontem, como hoje, responsável e construtivamente, o PS terá por isso de votar contra as contas da gerência de 2010, salientando, entre muitas razões, duas que abundam.

Em primeiro lugar, logo porque a deliberação camarária que aprovou as contas não contempla o documento da certificação legal das contas, produzido pelo ROC e bem assim o parecer do auditor externo, documentos só remetidos e a ela presente posteriormente.

Em segundo lugar, como se disse, porque não são facultadas as contas de 2010 de 16 das 18 empresas em que a CMC detém participações. E a isto, não é estranho, o facto de a Câmara não cumprir com a obrigação legal do envio atempado à Inspeção Geral de Finanças, o que tem de se censurar, das informações sobre tais empresas participadas.

E compete ao Senhor Presidente da Câmara remeter à Assembleia Municipal, toda a documentação designadamente relatórios, pareceres, incluindo os respeitantes às empresas municipais (artigo 68º, 1, da Lei das Competências) e para que ela, Assembleia Municipal possa exercer a sua competência (artigo 53º, nº1, c).

E enquanto isto não for feito, bem pode V. Ex Senhor Presidente questionar se faz sentido comemorar o 25 de Abril, pois neste particular, nós dizemos que *“ao fim de 37 anos a democracia não está realizada”*.

Ano após ano, desde que a actual maioria vem gerindo o concelho de Coimbra, o PS vem denunciando a grave situação financeira da Câmara Municipal, proveniente de numerosos erros de gestão, da falta de rigor e equilíbrio, facilitismo, desleixo, etc.

E a nossa preocupação aumenta com a constatação da falta de investimento verificado sobretudo nestes últimos anos, comparada com o aumento global do endividamento, enquanto o volume das receitas fiscais não pára de crescer.

E isto é o resultado de uma governação à vista, de uma gestão corrente, de uma gestão de dia a dia, sem visão estratégica e do futuro, programada e sustentada.

Não esqueçamos também aqui, o atraso no pagamento aos fornecedores, a pequenas e médias empresas de Coimbra com problemas de liquidez e o sacrifício acrescido que têm que fazer para pagar aos seus trabalhadores.

Se fizermos uma pequena incursão pelo Relatório de gestão, a despesa executada em 2010, representa apenas 56% do orçamento aprovado e o grau de execução do Plano de Investimento, situa-se, ao nível incrível de 25%.

O endividamento na óptica patrimonial, passou (de 70.282.270€ em 2009) para 74.015.471,00€.

Por outro lado, a demonstração dos resultados das contas da CMC, SMTUC, EM Águas e Turismo — entidades participadas a 100% - revela-se um endividamento consolidado total de 94.008 mil milhões de euros, quando, esse valor em 2009, era de 89.609 mil milhões de euros.

Assim caminhamos para o abismo. Tenha-se bom senso, prudência e trabalho empenhado.

Também confessamos que estes 100 dias últimos dão-nos alguma esperança."

Intervenção do Presidente da Junta de Freguesia de Souselas:

"Quase poderia dizer que a minha intervenção ficaria dispensada depois da intervenção do meu colega e Presidente de Junta, Francisco Andrade.

Mas, como os Presidentes de Junta não têm o poder de usar e abusar o tempo nesta Assembleia, questão para manter a minha posição nesta intervenção.

Naturalmente, reconheço o esforço que a Câmara Municipal faz, até porque de facto é muito fácil de exigir, esquecer o que nos convêm, que, ao longo destes anos a Câmara tem recebido sistematicamente cada vez menos de transferências do Orçamento Geral do Estado.

Ou seja, também não passa pelas Câmaras Municipais mas passa pelas Juntas de Freguesia.

Com todo o respeito e não querendo ofender ninguém é caso para dizer, que este governo não tinha grande sensibilidade para as autarquias.

Que se vá embora depressa, não deixa grandes saudades nesse aspecto.

Quero também reconhecer, o esforço que é feito por parte dos Serviços Municipalizados e Transportes de Coimbra. De facto assumem a sua responsabilidade social, mas mais não podem fazer e seria irresponsável da nossa parte exigir mais.

Isto porque, de facto, a quem devemos exigir, é aos diferentes governos, incluindo aqueles que já foram do PSD, que não tiveram a sensibilidade, nem o respeito por Coimbra e trataram sempre mal estes Serviços Municipalizados, porque só há dinheiro, para as empresas de Lisboa e do Porto, por sinal falidas.

Ou seja, para aí, há transferências do orçamento geral do estado, há compensações, porque de facto prestam o serviço social, o apoio ao cidadão, e transporte do cidadão, é caso para dizer, o que é que fazem os SMTUC para não merecerem também esse tratamento.

Mal é quando o Estado trata de forma diferente, aqueles que prestam o mesmo serviço, e neste caso tratasse de forma diferente os Serviços Municipalizados e Transportes Urbanos de Coimbra. Não é uma questão do partido a, b, ou c, é de quem estiver no governo o não respeitar Coimbra, temos de lhe bater na cabeça.

Reconheço o esforço que é feita pela administração dos SMTUC, precisamente por esta injustiça e este tratamento indiferenciado a que Coimbra tem sido sujeita ao longo dos anos."

Intervenção da deputada municipal Isabel Melo (CDU):

"Aproveito para dar resposta ao Dr. Ferreira da Silva deputado do PS, dizer-lhe que está preocupado com a votação da CDU, mas a CDU tem sempre uma posição coerente e em defesa do que considera correcto, e que os senhores até muitas vezes chamam a essa posição coerente, de ortodoxo e estalinista.

O que quero dizer, é que nós não mudamos de voto, conforme estamos mais próximos ou mais afastados das eleições. Isso é o que o senhor costuma fazer.

Queria dizer sobre o ponto quatro relativamente ao SMTUC, a CDU considera que os SMTUC prestam um importante serviço público, e que deviam ser apoiados pelo Governo, tal como os transportes de Lisboa e do Porto. Esse problema naturalmente tem culpados, e os culpados são os governos quer do PS, quer do PSD/CDS tem estado no governo nestes últimos 30 anos, nunca mudaram de atitude, todos eles nunca prestaram o apoio aos transportes de Coimbra, não há uns melhores que os outros nesta matéria.

Esta situação é uma injustiça, porque se baseia numa desigualdade de tratamento, porque as consequências desta injustiça recaem sobre a população de Coimbra.

Congratulamo-nos com a decisão da Administração dos SMTUC de não aumentar os transportes, tendo em conta a difícil situação económica em especial da população.

Na última Assembleia a CDU apresentou um requerimento sobre uma questão relativa ao seguro dos trabalhadores, até hoje não obtivemos resposta, e insistimos na questão e pedimos uma explicação sobre esta questão dos seguros dos trabalhadores".

Seguidamente o Presidente da Mesa colocou à votação os pontos da seguinte forma:

Ponto 3 - Relatório de Gestão e Prestação Contas da Câmara Municipal de Coimbra relativos a 2010:

A Assembleia Municipal de Coimbra, nos termos do artº 53º, nº2, alínea b), da Lei nº 169/99 de 18 de Setembro e sob proposta da Câmara datada de 18 de Abril do corrente ano, deliberou, por maioria (com 30 votos a favor, 23 votos contra e 9 abstenções) aprovar os seguintes documentos:

-Relatório de Gestão relativo ao exercício de 2010 da Câmara Municipal de Coimbra;

-Inventário de todos os Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais, respectiva Avaliação, reportados à data de 31 de Dezembro de 2010, elaborado nos termos do POCAL, e no cumprimento do disposto na alínea c), do nº2, do artº53º da Lei nº169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº5-A/2002, de 11 de Janeiro e pela Lei nº 67/2007 de 31 de Dezembro;

-Documentos de prestação de contas de 2010, relativos ao Município, elaborados no âmbito do POCAL, e de acordo com a Resolução nº4/2001-2ª Secção-Instruções nº1/2001, do Tribunal de Contas e, em cumprimento do disposto na alínea c), do nº2, do artº 53º da Lei nº169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº5-A/2002, de 11 de Janeiro;

-Contas consolidadas de 2010 relativas ao universo constituído pelo Município, Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra, Empresa Municipal AC, Águas de Coimbra, EM e Empresa Municipal TC-Turismo de Coimbra, EM e a que se refere o artigo 46º, nº1 da Lei das Finanças Locais

-Aplicação do resultado líquido do exercício, que se cifra em € 2.633.667,19 (dois milhões, seiscentos e trinta e três mil, seiscentos e sessenta e sete euros e dezanove centimos) nas condições expressas no ponto 2.7.3. das notas do POCAL, concretamente:

-Transferência para a conta 59.009 – “Resultados Transitados/Resultado Líquido do Exercício de 2010”, o valor global do resultado líquido apurado no exercício.

-Transferência para a conta 571007 - "Reservas Legais/Ano de 2010" - no valor de € 131.683,36.

-Transferência para a conta 571006 - "Reservas Legais/Ano de 2009" - no valor de € 29,99 €, correspondente ao resultado líquido de 2009.

-Manutenção na conta 59009 - Resultados Transitados/Resultado Líquido do Exercício de 2010, o valor remanescente, no montante €2.501.983,83, deduzido do valor de 29,99€.

-2ª revisão do orçamento de 2011, com a utilização do saldo de disponibilidades orçamentais apurado no exercício de 2010 no montante de € 2.998.782,35, em conformidade com o estabelecido na alínea a) da nota técnica 8.3.1.4 do POCAL e, em cumprimento das disposições conjugadas na alínea b) do nº2 do artº 53º e a alínea c) do nº2 do artº 64º, da Lei nº169/99, de 18 de Setembro com as alterações introduzidas pela Lei nº5-A/2002, de 11 de Janeiro”.

Receita:

16.01.01 - Saldo da gerência anterior/saldo orçamental/na posse do serviço, com o reforço de €2.998.782,35 para incorporação do saldo da gerência anterior no Orçamento de 2011.

Despesa:

0102/110299 - Câmara Municipal/Outras despesas de capital, com o reforço de €2.998.782,35 para fazer face a despesas urgentes e inadiáveis que possam surgir.

Nos termos do nº2 do artº47º da Lei das Finanças Locais foram presentes à Assembleia Municipal as certificações legais de contas e os pareceres sobre as mesmas elaborados pelo Revisor Oficial de Contas.

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

Estes documentos dada a sua extensão ficam apensos à presente acta fazendo parte integrante da mesma.

Ponto 4 - Relatório de Gestão e Prestação Contas dos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra relativos a 2010:

A Assembleia Municipal de Coimbra, nos termos do artº 53º, nº2, alínea b), da Lei nº 169/99 de 18 de Setembro com as alterações introduzidas pela Lei nº5-A/2002, de 11 de Janeiro e sob proposta da Câmara datada de 18 de Abril do corrente ano, deliberou, por maioria (com 43 votos a favor e 22 abstenções) aprovar o Relatório de Gestão e os documentos de Prestação de Contas dos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra relativos ao ano de 2010.

Estes documentos dada a sua extensão ficam apensos à presente acta fazendo parte integrante da mesma.

Ponto 5 - Inventário do Património Municipal de 2010;

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, e em minuta para efeitos imediatos aprovar o inventário de todos os Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais, respectiva Avaliação, reportados à data de 31 de Dezembro de 2010, elaborado nos termos do POCAL, e no cumprimento do disposto na alínea c), do nº2, do artº53º da Lei nº169/99, de 18 de Setembro, com as

alterações introduzidas pela Lei nº5-A/2002, de 11 de Janeiro e pela Lei nº 67/2007 de 31 de Dezembro.

Estes documentos dada a sua extensão ficam apensos à presente acta fazendo parte integrante da mesma.

Ponto 6 - Demonstrações Financeiras Consolidadas:

A Assembleia Municipal de Coimbra deliberou por unanimidade, aprovar as contas consolidadas de 2010 relativas universo constituído pelo Município, Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra, Empresa Municipal AC, Águas de Coimbra, E.M. e Empresa Municipal TC-Turismo de Coimbra, E.M. e a que se refere o artigo 46º nº1 da Lei das Finanças Locais (Lei nº2/2007 de 15 de Janeiro com as alterações introduzidas pela Lei nº22-A/2007 de 29 de Junho e pela Lei nº67-A/2007 de 31 de Dezembro).

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

Estes documentos dada a sua extensão ficam apensos à presente acta fazendo parte integrante da mesma

Ponto 7 - Pareceres do ROC:

A Assembleia Municipal de Coimbra, deliberou por unanimidade, aprovar os pareceres do ROC.

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

Estes documentos dada a sua extensão ficam apensos à presente acta fazendo parte integrante da mesma

Ponto 8 - Relatório e Contas do exercício de 2010 da Empresa Municipal-AC, Águas de Coimbra-tomar conhecimento:

A Assembleia Municipal de Coimbra tomou conhecimento do Relatório e Contas do exercício de 2010 da Empresa Municipal-AC, Águas de Coimbra.

Ponto 9 - Relatório e Contas do exercício de 2010 da Empresa Municipal Turismo de Coimbra - tomar conhecimento:

A Assembleia Municipal de Coimbra tomou conhecimento do Relatório e Contas do exercício de 2010 da Empresa Municipal Turismo de Coimbra.

Ponto 10 - Relatório de Actividades de 2010 da Comissão Arbitral Municipal de Coimbra-tomar conhecimento:

A Assembleia Municipal de Coimbra tomou conhecimento do Relatório e Contas do exercício de 2010 da Comissão Arbitral Municipal de Coimbra.

Ponto 11 - Relatório de Actividades de 2010 da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Coimbra-tomar conhecimento:

A Assembleia Municipal de Coimbra tomou conhecimento do Relatório e Contas do exercício de 2010 da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Coimbra.

Ponto 12 - 1ª Revisão Orçamental de 2011 dos SMTUC:

A Assembleia Municipal de Coimbra, sob proposta da Câmara datada de 18 de Abril, deliberou por unanimidade, aprovar a primeira revisão orçamental de 2010 dos SMTUC.

Ponto 13 - Regulamento da Estrutura Orgânica Nuclear da CMC:

Intervenção do deputado municipal Pinto Ângelo (CDU):

"Apreciação da proposta de Regulamento da Estrutura Orgânica Nuclear da CMC

Muito embora apresentada no estrito quadro de cumprimento da lei a presente proposta é incompleta, redutora e omissa, não explicitada, deixando em aberto mais dúvidas que certezas quanto ao que a maioria do executivo pretende fazer com ela.

A proposta é incompleta, não permitindo a esta Assembleia Municipal pronunciar-se com realismo sobre os seus propósitos ou bondade já que, ao deixar de fora a proposta das estruturas flexíveis, não se tornam visível quais as estruturas de base que pretende criar, fundir ou eliminar, para em relação à anterior orgânica responder às necessidades previstas.

É redutora e omissa porque, para além de eliminar Gabinetes antes considerados e orientados para missões/tarefas específicas (veja-se o caso do Gabinete do Centro Histórico que não se sabe se desaparece dos interesses ou prioridades do executivo renovado) omite, de forma grave e sem, pelo menos, apresentar alternativas de enquadramento, a estrutura de apoio da Assembleia Municipal — obrigatória por Lei, e para quem não sabe o artº. É o seguinte:

Assembleia Municipal Instalação e funcionamento Artigo 52º-A Lei n. 169/99, de 18 de Setembro

1 - A assembleia municipal dispõe, sob orientação do respectivo presidente, de um núcleo de apoio próprio, composto por funcionários do município, nos termos definidos pela mesa, a afectar pelo presidente da câmara municipal.

2 - A assembleia municipal dispõe igualmente de instalações e equipamentos necessários ao seu funcionamento e representação, a disponibilizar pela câmara municipal.

3 - No orçamento municipal são inscritas, sob proposta da mesa da assembleia municipal, curiosamente não tenho conhecimento que tenha vindo a ser feito, dotações discriminadas em rubricas próprias para pagamento das senhas de presença, ajudas de custo e subsídios de transporte dos membros da assembleia municipal, bem como para aquisição dos bens e serviços correntes necessários ao seu funcionamento e representação.

Digo eu, se ao nível de desenvolvimento destas tarefas se ignora, o apoio a um órgão deliberativo por excelência deste município, algo está mal no reino

Não é explícita esta proposta, porque para além de não haver qualquer explicação quanto às razões da alteração agora proposta, não são apresentados os fundamentos que a justificam, quais os ganhos de eficiência que se pretende obter e como. Provocará esta alteração alguns cortes de pessoal agora não revelados?

Em suma esta proposta deixa interrogações legítimas quanto aos fins a que se destina.

Corresponderá a uma mudança de filosofia e de projecto político da actual maioria, correspondendo a novas prioridades? Se assim for não seria razoável torná-las claras e transparentes?

Ou, pelo contrário, trata - se tão só, de uma recomposição interna de poderes, imposta pelas mudanças na vereação?

Em qualquer dos casos, mais uma vez, se trata esta Assembleia Municipal com sobrançeria e desprezo, sem que o seu Presidente, no mínimo, se faça ouvir. Não só não nos fornece os elementos de análise suficientes que permitam uma correcta apreciação do que está em causa, como ignora a necessidade de clarificar como é que o órgão deliberativo do Município vai ter o seu apoio. Não pode por estas razões mais que suficientes obter o nosso voto favorável.

Intervenção do deputado municipal Ferreira da Silva (PS):

REGULAMENTO DA ESTRUTURA ORGÂNICA NUCLEAR DA CÂMARA

"O que vem aqui para esta Assembleia Municipal votar, é um Regulamento. Assim consta da Ordem dos Trabalhos, ou seja o ponto 13, assim consta da respectiva documentação. É o "Regulamento da Estrutura Orgânica Nuclear da Câmara".

É um regulamente para que esta Assembleia foi convocada é sobre isso deliberar e só isso.

Quero chamar a atenção porque hoje foi aqui entregue na minha bancada uma certidão passada hoje, a 27 de Abril, que vai para além do que consta nessa deliberação aprovar o "*Regulamento da Estrutura Orgânica Nuclear da Câmara Municipal de Coimbra, organograma e quadro de dirigentes*".

Eu não chamo a isto, nada mais do que, está no ponto 13. Regulamento da Estrutura Orgânica Nuclear da Câmara" e nada mais, e porque é um regulamento.

O artigo 116º do Código do Procedimento Administrativo estabelece com muita clareza que "*todo o projecto de regulamento é acompanhado de uma nota justificativa fundamentada*".

E compreende-se que assim seja para facilitar o exercício de direito de audiência, uma emanção clara do princípio da colaboração da Administração com os particulares. É a concretização da democracia e do Estado de Direito Democrático.

O regulamento aqui presente, é total e absolutamente omisso a qualquer nota justificativa fundamentada e por isso a sua aprovação, assim, violaria os artigos 7º e 116º a 118º do CPA e 267º, nº 1 da Constituição, entre outros preceitos legais e constitucionais.

Logo por aqui, o Partido Socialista, obrigatoriamente, terá de votar contra o Regulamento da Estrutura Orgânica Nuclear da Câmara.

Mas o que aqui é trazido, consubstancia uma proposta de revisão da organização dos serviços municipais, que ao cabo e ao resto traz ao de cima a incapacidade de acção desta Câmara, ao mesmo tempo que atesta um certificado de incapacidade aos funcionários, pessoal dirigente do Município, certificado que se quer repudiar e censurar.

O Partido Socialista, entende, que a Câmara podia e devia concluir até 31 de Dezembro do ano findo, o processo de revisão da organização dos serviços municipais.

Não o fez! Para justificar a sua inacção e preocupada com um Despacho (datado de 17.11.10) da Direcção Geral das Autarquias Locais, solicitou no exterior, um parecer jurídico, que naturalmente teve de ser pago, como se esta Câmara não tivesse nos seus quadros prestigiados e respeitados juristas, assim postos à margem. Ignorados!

E para quê? Para se concluir pelo acerto da sua inacção, e porque em 17 e 18 de Maio de 2010 foi ministrada uma formação relativa ao “*Novo Modelo de Organização dos Serviços das Autarquias Locais*”, na qual participaram vários trabalhadores da autarquia directamente envolvidos no processo de reorganização dos serviços, segundo foi informado e consta nesta informação presente a esta Assembleia.

Julgou então o Partido Socialista, que desta feita, os “*vários trabalhadores da autarquia directamente envolvidos*” não iriam ser postos à margem.

Puro engano!

Então não é que nos vem hoje aqui proposto, Senhores deputados, para votação é um “*processo encetado para a revisão orgânica da Câmara Municipal de Coimbra... pela empresa CH Consulting?*”, conforme o documento junto com a convocatória da Assembleia.

Trabalhadores desta Câmara e dirigente ignorados.

E ainda assim, um regulamento “*com as alterações introduzidas pelo Senhor Presidente*” no interior da deliberação que não vem sequer especificadas e não se sabe quais são. Presumo hoje, com esta certidão que é o que aqui consta. Só me compete conferir e não concluir com segurança.

Pergunta-se, quanto custou aos municípios, colocar à margem os “*vários trabalhadores da autarquia directamente envolvidos no processo*”, e encetar a revisão pela empresa CH Consulting?

Mas o Partido Socialista, vota também contra o que vem proposto, o “*Regulamento da Estrutura Orgânica Nuclear da Câmara*”, porque dela não se alcança, como concretiza o princípio da unidade e eficácia da acção dos serviços, a sua aproximação aos municípios, a sua desburocratização a racionalização de meios e da eficácia na afectação dos recursos públicos, a melhoria quantitativa e qualitativa dos serviço prestado que importa, a garantia da participação dos cidadãos, etc, tudo conforme vem exigido pelo próprio Decreto-Lei 305/2009.

E pergunta-se? Que diagnóstico foi efectuado da situação actual em termos orgânicos e funcionais, para se partir, para a presente proposta? E quais são os efectivos existentes por serviços, e as suas necessidades em termos previsionais?

Que realidade esteve afinal presente, para se propor o dito Regulamento?

Chamem-se os “*vários trabalhadores da autarquia directa ou indirectamente envolvidos*” e proceda-se em termos correctos e legais, à revisão da organização dos serviços municipais.

O Partido Socialista, vota contra a ilegal proposta de “*REGULAMENTO DA ESTRUTURA ORGÂNICA NUCLEAR DA CÂMARA*”.

Intervenção do deputado municipal Maló de Abreu (Por Coimbra):

"No fundo queria fazer uma proposta, depois de ouvir necessariamente o que disse o deputado municipal Pinto Ângelo e o deputado Ferreira da Silva.

Julgo que uma Reestruturação Orgânica da Câmara é demasiadamente séria e deve ser suficientemente profunda, para merecer da nossa parte uma reflexão e por outro lado, algum consenso sob pena de pensarmos que se trata eventualmente de uma reestruturação, com o objectivo político, sendo certo, que mesmo sendo políticas as decisões, poderíamos encontrar justificações técnicas ou financeiras, se quiserem.

Parece-me que indo ao encontro até no que disse no princípio desta sessão o Dr. Luís Marinho, que este é um assunto que deveria merecer algum consenso dos grupos municipais. Pelo menos deveria merecer uma discussão mais aprofundada.

Trata-se de uma Reestruturação Orgânica, poderia aqui justificar, porque me foram dadas justificações desta reestruturação orgânica, mas do meu ponto de vista não deve ser entendida nunca como uma reestruturação eminentemente política, deve perceber-se exactamente aliás no seguimento que foram as duas intervenções, deve-se perceber bem, quais são os objectivos que se pretende atingir com esta reestruturação.

Portanto, a minha proposta se estiverem de acordo, era dirigir um pedido ao Senhor Presidente da Câmara, para que retire esta proposta e para que nós possamos cuidadosamente pensar, sobre a reestruturação dos Serviços da Câmara e possamos tomar uma decisão preparada, e que possa ser uma decisão mais abrangente em que possamos estar de acordo.

Julgo que não há razões, pelo menos acho que não é objectivo do Presidente da Câmara fazer uma reestruturação política. E portanto, se não o é, julgo que é possível encontrar-mos argumentos técnicos/financeiros de redução da despesa, etc. em que possamos estar de acordo.

Se assim é, e se não implica uma aprovação imediata, então seria favorável a adiarmos a decisão, a repensar, e eventualmente dentro da Câmara, entre os vereadores voltar a discutir o processo, e trazer necessariamente à próxima Assembleia Municipal."

Intervenção do deputado Ferreira da Silva:

"Não poderíamos estar efectivamente mais de acordo com a sugestão e a proposta do deputado municipal Maló de Abreu.

Tecnicamente pretende-se um quadro orgânico, técnico e não político.

Pretende-se um quadro correcto e deficiente, aliás quero sublinhar que foi já este o entendimento e a postura que os vereadores no seio do Executivo municipal, do Partido Socialista, que aí mesmo, sugeriam a retirada da proposta, para melhores estudos técnicos, o seu profundamente, a contento também dos dirigentes e de funcionários municipais.

Não poderíamos estar mais de acordo com esta proposta."

Este processo foi retirado e enviado à Câmara para melhor estudo.

Ponto 14 -Regulamento do Horário de Funcionamento dos Estabelecimentos Comerciais e Similares de Hotelaria no Município de Coimbra:

Intervenção do deputado municipal Pinto Ângelo

"O que me foi aqui presente para apreciar, nem é um regulamento nem é uma proposta, é uma apreciação de um adiamento de uma eventual proposta que venha a ser um regulamento considerado à posteriori.

Se leram seguramente com atenção, aquilo que nos foi entregue o que verificamos é que o Executivo, por omissão, desleixo, incapacidade ou pouco jeito, não regulamentou os horários dos estabelecimentos comerciais, nomeadamente, naquilo que é importante a reflectir das grandes superfícies.

Como não regulamento atempadamente, encontra aqui uma solução no mínimo discutível, confundindo o que são actos regulamentares com actos administrativos, como houve de licenciamento.

Se leram com atenção e estão aqui vários juristas, que naturalmente perceberam com toda a alienada que a sustentação deste adiamento feita nestes termos será um tudo-nada, dito difícil.

No entanto, o que nos está aqui presente, com toda a clareza é intenção do Município vir a regulamentar o funcionamento das grandes superfícies de acordo com o diploma, creio que é o nº111/2010, nestes termos e porque o Executivo está a estudar o problema, e como compete a esta Assembleia Municipal ajudar o Executivo a encontrar as melhores soluções a CDU faz uma proposta de recomendação que vou passar a ler:

Recomendação

Vista a informação trazida à sessão da Assembleia Municipal de Coimbra realizada em 27 de Abril de 2011, no que concerne ao processo de regulamentação do Horário de Funcionamento dos Estabelecimentos Comerciais e Similares no Município de Coimbra e, considerando:

- 1- A necessidade de defender o direito ao descanso e ao convívio familiar dos trabalhadores das grandes superfícies, bem como
- 2- Proteger o comércio tradicional e de pequena dimensão, dominante em Coimbra

A Assembleia Municipal de Coimbra delibera recomendar ao Executivo que no Regulamento a elaborar e a aprovar, posteriormente, por esta Assembleia, se preveja a proibição de abertura das grandes superfícies comerciais (estabelecimentos com área de venda superior a 2000m²) entre as 13 e 24 horas aos domingos e feriados, fora da época natalícia."

Intervenção do Presidente da Junta de Freguesia de S. Bartolomeu:

"Eu, no início da minha intervenção nesta Assembleia, se bem se recordam chamei a atenção e fiz aqui um apelo ao Senhor Presidente da Câmara, efectivamente em relação às grandes superfícies, citei concretamente o Continente que é o caso em apreço, onde citei inclusive a abertura no dia 1 de Maio.

Sobre esta questão o Senhor Presidente na sua intervenção à informação a esta Assembleia nada disse a esta matéria. Isto preocupa-me. E preocupa-me porquê? Porque o deputado Maló de Abreu, numa última Assembleia, já lá vai 90 dias essencialmente, propos e foi aqui aprovado nesta Assembleia Municipal, por unanimidade, que o Executivo trouxesse a esta Assembleia um documento exaustivo sobre esta matéria, que foi apresentada pela bancada do Partido Socialista, pelo deputado André Oliveira. A verdade é que hoje fomos presenteados com uma coisa que, de facto, o deputado Pinto Ângelo tem toda a razão, isto é zero, não é nada. Isto, não é um documento que se possa discutir em profundidade, isto não é nada, isto é chamando na minha terra "dar palha ao burro para se entreter", com o devido respeito pelas pessoas que estão aqui, mas de facto, isto não é nada.

A questão do regulamento é mais abrangente porque aqui não se fala efectivamente das grandes superfícies, mas também temos o problema do comércio tradicional, o comércio tradicional é importantíssimo para a Baixa de Coimbra.

Portanto, gostaria de conhecer, se efectivamente existe esta questão em profundidade porque amanhã os comerciantes a sua maioria da Freguesia de S. Bartolomeu serão presenciados com uma coisa que nada existe.

Deixo este apelo ao Senhor Presidente da Câmara, para que este documento, também tivesse um tratamento igual, bem fundamentado como o Quadro Orgânico da Câmara.

Não podemos apreciar com um documento atamancado."

Intervenção do deputado André Oliveira

"Como é sabido por todos, numa Assembleia ainda o Dr. Carlos Encarnação era Presidente da Câmara Municipal de Coimbra, foi chumbado aqui a possibilidade de um referendo sobre a abertura ou não das grandes Superfícies Comerciais nas tardes do Domingo e feriados.

O que é certo, é que até hoje nós não conhecemos qual é a posição do Executivo nesta matéria.

O objectivo de chumbar o referendo do Partido Socialista, não foi manifestar contra a democracia participativa, essa não é a nossa posição.

A nossa posição é defender que o Executivo foi eleito para governar tem de tomar decisões e apresentar soluções à Assembleia e isso não foi o que aconteceu até hoje.

Mais uma vez, este ponto, revela que o Executivo não está a apresentar soluções.

Eu pergunto, foram ouvidas as Associações do sector?

Sabemos o que é que os concelhos vizinhos estão a fazer ou não, ou faz sentido nós termos aqui um supermercado aberto ao domingo e na Figueira estar fechado ao domingo à tarde.

Parece-me aqui sim, já que esta câmara municipal gosta tanto de estudos, para nós é fundamental que haja um estudo, que haja uma posição fundamentada por parte do Executivo para que nos possamos decidir após o Executivo apresentar qual é que deve ser o futuro.

Se é efectivamente a defesa do pequeno comércio, se é a abertura das grandes superfícies.

Porque nós não o sabemos. É preciso ter me conta também a satisfação do consumidor, se efectivamente gostaria ou não que as grandes superfícies comerciais abrissem ao domingo à tarde. Só o Executivo está em condições de analisar estes três factores.

Informo também, que o Partido Socialista não acompanha, neste momento, a recomendação que o CDU, hoje aqui apresenta em virtude do chumbo do referendo ter um único objectivo que é efectivamente saber qual é a posição do Executivo, em função do ponto que referi.

Intervenção do Presidente da Junta Freguesia dos Olivais.

"Deixo aqui este assunto para se pensar.

Há uma lei própria para as grandes superfícies, com áreas como, por exemplo, Continente ou Pingo- Doce, o que estamos aqui a fazer é que podemos fechar o Continente, mas o Pingo-Doce fica aberto porque a lei o permite. "

Seguidamente o Presidente da Assembleia colocou à votação a **Recomendação ao Executivo** e a seguir se transcreve, a qual foi aprovada com 13 votos a favor, 49 abstenções, 1 voto contra.

Recomendação

Vista a informação trazida à sessão da Assembleia Municipal de Coimbra realizada em 27 de Abril de 2011, no que concerne ao processo de regulamentação do Horário de Funcionamento dos Estabelecimentos Comerciais e Similares no Município de Coimbra e, considerando:

3- A necessidade de defender o direito ao descanso e ao convívio familiar dos trabalhadores das grandes superfícies, bem como

4- Proteger o comércio tradicional e de pequena dimensão, dominante em Coimbra

A Assembleia Municipal de Coimbra delibera recomendar ao Executivo que no Regulamento a elaborar e a aprovar, posteriormente, por esta Assembleia, se preveja a proibição de abertura das grandes superfícies comerciais (estabelecimentos com área de venda superior a 2000m²) entre as 13 e 24 horas aos domingos e feriados, fora da época natalícia."

Declaração de voto de Maló de Abreu

"Se bem entendi, trata-se de uma recomendação ao Executivo.

Como nós sabemos tínhamos uma proposta original que era a proposta do referendo de se colocar à consideração da população e um partido democrático rejeitou.

Portanto, o fazermos sugestões ao Executivo não me parece bem. A nossa abstenção vai nesse sentido de fazer sugestões ao Executivo. São ajuizadas as sugestões e o Executivo tomará a sua decisão.

Ficamos à espera que venha à Assembleia o Regulamento."

Declaração de voto de André Oliveira

"Como já referi o Partido Socialista absteve-se, única e exclusivamente porque entende que deve ser o Executivo com o conhecimento local que tem a pronunciar-se sobre esta matéria, posteriormente a Assembleia decidir.

Não nos sentimos em condições de podermos dizer se defendemos ou não o encerramento neste momento o encerramento.

Como já referi o PS dispensa a democracia participativa, aquilo que afirmámos em tempo útil, em anteriores Assembleias, é que não somos contra a democracia participativa, somos sim, a favor do Executivo que está eleito para governar, começar a tomar decisões e não se desresponsabilizar para os cidadãos o que toca as estas matérias."

Ponto 15 - Taxa Municipal de Emissão de Certificados de Registo de Cidadão da EU - actualização:

A Assembleia Municipal, deliberou por unanimidade, aprovar o texto da deliberação nº2584/2011 da Câmara Municipal, datada de 9 de Março último, sobre a Taxa Municipal de Emissão de Certificados de Registo de Cidadão da EU. Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

Ponto 16 - Atribuição da Medalha de Ouro da Cidade à Escola Secundária José Falcão:

Intervenção da deputada municipal Margarida Fonseca

"Vou ser breve, dizer que a CDU, vota favoravelmente a Atribuição da Medalha de Ouro da Cidade à Escola Secundária José Falcão, mas não pode deixar de considerar que sendo este um gesto nobre de reconhecimento de escola pública. No seu papel de promoção, educação e ensino o mesmo é promovido pelo não da anterior Assembleia Municipal votou maioritariamente contra um manifesto que exigia do Estado um sério investimento na educação e defender a escola pública.

A Escola Secundária José Falcão, é uma de muitas escolas públicas que ao longo de décadas serviu o ensino público e promoveu a formação jovens independentemente da sua condição social, económica, religiosa, numa perspectiva de igualdade de oportunidade subjacente ao ensino público e à escola pública.

A escola pública princípios consagrados da Constituição da República a seguir 25 de Abril é de todos e para todos!

A Escola Secundária José Falcão, é uma das muitas escolas públicas de referência no concelho. Esperemos que esta como outras continuem a ser escolas públicas, onde todos possam continuar a ter acesso, ou uma formação escolar gratuita de qualidade e inclusiva.

Quero dizer, que já não é a primeira vez, que nestas sessões da Assembleia Municipal a partir de certa hora algumas pessoas ficam com pressa. Mas, parece-me que não é digno para uma Assembleia Municipal, e para os eleitos, que foram eleitos por uma eleição democrática pela população, transformar as coisas prioritárias e não a sessão de uma Assembleia.

Seja o que for não me parece correcto e temos que dignificar esta Assembleia."

Intervenção do Presidente de Junta de Freguesia de Souselas

"...Naturalmente muito devo à Escola Secundária José Falcão a minha formação Académica, a minha formação cívica e a minha formação como cidadão.

Fico satisfeito enquanto membro desta Assembleia, poder votar a Atribuição da Medalha de Ouro da Cidade à Escola Secundária José Falcão, àquela que também me fez crescer e me fez chegar à faculdade."

Posto à votação a Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara datada de 9 de Março último, deliberou, por unanimidade e em minuta para efeitos imediatos aprovar a atribuição da Medalha de Ouro da Cidade à Escola Secundária José Falcão.

Ponto 17 - Prémio Municipal de Arquitectura "Diogo Castilho - indicação de representante da AM para o júri:

À semelhança de anteriores edições, a Assembleia Municipal de Coimbra deliberou, por maioria (61 votos a favor e 2 abstenções) indicar o deputado Vasco Cunha para representar a Assembleia Municipal no júri do Prémio Municipal de Arquitectura "Diogo Castilho.

Ponto 18 - XIX Congresso da A. N. M. P. - eleição Presidente Junta Freguesia:

Para representar os Presidentes das Juntas de Freguesia do Concelho de

Coimbra, no XIX Congresso da Associação Nacional dos Municípios Portugueses, a realizar no dia 7 de Julho de 2011, em Coimbra, foi deliberado, por maioria (2 votos Contra e 2 abstenções) e em minuta para efeitos imediatos, nomear o Sr. Francisco Andrade-Presidente da Junta de Freguesia de Santo António dos Olivais.

Do mesmo modo foi deliberado, autorizar todas as despesas inerentes à presença deste autarca, no referido Congresso

Declaração de voto do Presidente da Junta de Freguesia de S. Bartolomeu

"Votei contra não é pelo nome apresentado pela bancada da “Coligação Por Coimbra”, mas porque entendo que as Juntas de Freguesia não devem ter representatividade na Associação Nacional de Municípios, assim como, quando são os congressos da ANAFRE a Associação Nacional de Municípios também não se faz representar nos nossos congressos.

E tendo em conta o que aconteceu o ano passado ao Presidente da Junta de St^a Clara, não me esqueço das coisas, é a razão, não é contra a pessoa que foi eleita, mas sim, contra o método, ou seja a nomeação de um Presidente de Junta para este Congresso."

Declaração de voto do Presidente da Junta de Freguesia de Ribeira de Frades

"Não está em causa o nome de Francisco Andrade, a razão é quase a mesma, só que a diferença não é a representação da Associação Nacional de Municípios, nos congressos da ANAFRE. É a presença dos Presidentes de Câmara nos Congressos da ANAFRE que nunca existiu e não vai existir e por isso, sou contra um representante de Junta no Congresso Nacional de Municípios."

Ponto 19 - Empresa Municipal de Turismo - TC:

Intervenção do deputado municipal André Oliveira

"O Partido Socialista viu-se confrontado com o ponto 19, hoje em cima das mesas nesta Assembleia, em que temos aqui três hipotéticas opções por parte do Executivo.

Mas, Senhor Presidente há aqui algo, que efectivamente deve haver aqui algum lapso, ou falta de memória que nos está a transcender.

Isto porquê? o Partido Socialista tem vindo a falar da Empresa Municipal de Turismo há três Assembleias consecutivas.

Na última Assembléia, apresentámos uma moção concreta, uma moção tinha como objectivo era a extinção da Empresa Municipal de Turismo de Coimbra, dada a sua situação financeira, que é pública e que aos olhos de qualquer deputado municipal, ou de qualquer pessoa não deixa dúvidas. Mas eu nesta intervenção vou referir o estado da Empresa Municipal de Turismo de Coimbra.

O deputado Maló de Abreu, na última Assembleia, convidou o Partido Socialista a retirar a sua moção, uma vez que tinha uma moção, mesmo até hipoteticamente poderia concordar com extinção da Empresa Municipal de Turismo mas, achou por bem apresentar uma moção que tinha duas deliberações claras que foram aprovadas por esta Assembleia.

1-Que o Executivo Municipal apresente um relatório exaustivo da situação da Empresa Municipal de Turismo, bem como uma eventual proposta à Assembleia Municipal sem excluir uma eventual dissolução da mesma, e a inclusão em órgão supra municipal.

Onde está esse estudo, não aparece!

Temos aqui a proposta do Senhor Presidente, que equaciona a possibilidade de extinção, mas também, equaciona outras duas possibilidades.

Estudo não existe!

E efectivamente a segunda deliberação foi cumprida que é estarmos hoje aqui a discutir esse mesmo ponto.

Eu pergunto, se é que esta proposta de hoje à Assembleia Municipal discute qual é o objectivo dela?

É ganharmos mais tempo aqui para definirmos aquilo que devemos fazer com a Empresa Municipal de Turismo é atrasarmos mais votações? É sabido por todos que estamos em tempo de crise, é sabido por todos que o estado da Empresa Municipal de Turismo é claríssimo. Passa de um passivo de 2009 mais 120mil € para em 2010 para mais de 610mil €. Em um resultado de 2010, um prejuízo cerca de 125 Mil €, é uma empresa que do ponto de vista técnico, está em falência. Pergunto, qual é a dúvida?

Queremos mais três meses, para analisar a situação da Empresa Municipal e Turismo? É este o caminho? Não assumimos uma recomendação da Assembleia Municipal, que é trazer um estudo que assumimos, agora uma recomendação para pedir um estudo independente, mas a Câmara Municipal não tem condições de analisar?

Acho isto surpreendente, pelo aquilo que vejo, parece que há algumas confusões, dentro do Executivo. Eu apelo a um esclarecimento, a um esclarecimento ao Senhor Presidente, aos senhores vereadores, a todos, para que decidem efectivamente todos qual o futuro da Empresa Municipal de Turismo, porque o turismo nos dias que correm e os dados são públicos é um sector estratégico para Portugal e para Coimbra também deveria ser, agora que efectivamente não o é.

Parece que a Câmara Municipal continua a não assumir definir o sector do Turismo como estratégico. Acho surpreendente!

Aquilo que nós apresentamos os senhores deverão votar como entenderem e devem, mas para nós é clara. Nós defendemos a extinção da Empresa Municipal de Turismo.

Na última Assembleia fomos sensíveis e tiramos essa moção, com a promessa de vir aqui um determinado estudo, e hoje através de uma recomendação, ou de um documento assinado pelo Senhor Presidente do dia 18 de Abril onde diz vamos pedir um novo estudo.

O Partido Socialista não aceita, o Partido Socialista vai novamente entregar à Mesa da Assembleia a moção para ser votada e tem dois pontos distintos

1 Extinguir a empresa municipal “Turismo de Coimbra” até ao final do ano 2011, voltando as competências municipais em matéria de turismo a ser exercidas através de uma Divisão de Turismo inscrita na orgânica da Câmara Municipal.

2 Adesão do município de Coimbra à Entidade Regional do Turismo do Centro. Antes de terminar referir que o ponto 1 da extinção é o ponto 2 que o Senhor Presidente da Câmara apresentou.

O Partido socialista entende que esta moção deve ser votada ponto por ponto.

Moção

O Turismo tem uma importância estratégica para a economia portuguesa assumindo-se como o principal sector exportador português, representando cerca de 14% das exportações globais e 43, 3% das receitas turísticas nas exportações de serviços.

Este sector, com grande importância no emprego e no PIB nacional, tem mostrado uma notória capacidade de recuperação face aos efeitos da crise global.

A estratégia nacional de desenvolvimento turístico assenta no PENT (Plano Estratégico

Nacional de Turismo), desenvolvendo-se regionalmente através das Entidades de

Turismo Regional.

No centro, a Entidade de Turismo do Centro (TCP) representa uma região constituída por 58 municípios, onde Coimbra não se encontra, prosseguindo a estratégia nacional, articulando-a com as ambições regionais e as políticas municipais para esta área.

Coimbra, capital de distrito, é a Cidade da região com maior potencial turístico, sendo um ícone nacional na actividade de promoção turística. Infelizmente, a realidade é bem diferente, porque se continua sem tirar proveito das potencialidades inerentes à cidade e existe uma Empresa Municipal de Turismo que no final do presente ano se encontrará numa situação de falência técnica.

A empresa municipal turismo de Coimbra foi criada com o propósito de promover Coimbra diminuindo os custos inerentes a esta promoção. No entanto, as oportunidades foram sucessivamente perdidas e existe urna ausência de liderança no turismo do centro.

Assim, o Grupo Municipal do Partido Socialista propõe que a Assembleia Municipal de Coimbra, reunida a 27 de Abril de 2011, delibere

1 Extinguir a empresa municipal “Turismo de Coimbra” até ao final do ano 2011, voltando as competências municipais em matéria de turismo a ser exercidas através de uma Divisão de Turismo inscrita na orgânica da Câmara Municipal.

2 Adesão do município de Coimbra à Entidade Regional do Turismo do Centro.

Intervenção do deputado municipal Maló de Abreu (Por Coimbra):

"Estou absolutamente de acordo com o que disse o deputado André Oliveira. É uma questão que nos preocupa a todos, a questão da Empresa Municipal de Turismo, é uma questão que tem de ser resolvida, no momento de crise profunda, estou a frisar as palavras e a sublinhar a traço cheio as palavras do deputado André Oliveira, no momento em que o País precisa de contenção, em que as empresas não podem dar prejuízo, as empresas públicas ou empresa municipais. Nós devemos repensar essas empresas e devemos tomar decisões.

A única dificuldade que tenho aqui é esta:

De facto, não é a única divergência, os factos às vezes atropelam-nos. É que isto não é uma recomendação do Presidente da Câmara, isto foi aprovado na Câmara.

É evidente que seria mais fácil a extinção da Empresa Municipal de Turismo. Eu defendi na última reunião, que hoje pudéssemos estar a discutir aquilo que o Executivo no fundo acha que não conseguiu trazer aqui.

Essa é a verdade dos factos, o Executivo não conseguiu trazer aqui, uma proposta definitiva e permite ponderar esta questão relativamente a três opções, que são aquelas que são descritas na proposta.

O mais fácil, é chegar aqui e dizer propõe-se que se encerre, o mais difícil é chegar aqui com uma proposta, que foi a minha proposta inicial, que venha uma proposta concreta a esta Assembleia ou uma análise justificativa de cada uma destas hipóteses.

Porque é que é melhor fechar, porque é que é melhor alargar o seu âmbito, ou porque é que é melhor reforçar enquanto Empresa Municipal de Turismo.

Não o fez porque não teve a oportunidade de o fazer, o assunto é sério. Fechar uma empresa municipal não é dar um pontapé numa pedra da calçada, vamos ver se nos entendemos. Trata-se de um assunto muito sério, estamos a mexer com dezenas de pessoas, estamos a mexer com o orçamento da Câmara Municipal de Coimbra, parece-me que não podemos ser levianos na forma como eventualmente extinguímos a Empresa Municipal de Turismo.

Eu, estou sinceramente de acordo, que em 90 dias e não vamos é protelar mais, que o Executivo aprove a decisão, e que em 90 dias venha a esta Assembleia Municipal, uma decisão definitiva sobre este assunto.

O Executivo o que é que nos diz no fundo, o Executivo diz-nos o seguinte:

Nós, por nós, não conseguimos tomar essa decisão sem um estudo sério, vamos encomendá-lo e em 90 dias temos uma proposta para fazer, é isso que é dito!

Não se trata de empurrar com a barriga uma decisão.

Se tivessem uma proposta concreta hoje aqui eu tomava a decisão, mas com factos concretos, sabendo os prós e os contra de cada uma das hipóteses, de cada uma das possibilidades.

Portanto, o que é que eu acho, não devemos tomar uma decisão precipitada, no fundo em 90 dias, ou antes de 90 dias temos aqui a proposta definitiva e sendo assim, podemos tomar uma decisão.

Qualquer decisão de extinguir a Empresa Municipal de Turismo, hoje, seria sempre uma decisão, do meu ponto de vista uma decisão precipitada, quem o quiser fazer, que assuma o ónus dessa decisão."

Intervenção do Presidente da Assembleia

"Não vejo qualquer problema porque o que está aqui para extinguir é até afinal de 2011. Não há alteração nenhuma de prazo, sendo fundamentado não altera o prazo."

Intervenção do deputado Pinto Ângelo

"Parece-me oportuno de qualquer forma, que seja abordado aqui esta matéria na forma que ela foi feita, só me espanta é o carácter bipolar de alguns deputados, em que para umas matérias carecem de estudos como "*pão para a boca*" tanto carece de estudo que os leva a abstenção e outros abdicam de qualquer estudo e estão dispostos a votar determinantemente com as suas certezas absolutas e sem qualquer vinculação, fazer propostas concretas no sentido que se tomem decisões, só registo a bipolaridade de alguns deputados de acordo naturalmente com as conveniências.

Nós, por nossa parte e porque uma moção, tem o valor de recomendação ao Executivo, como não o pode deixar de ser, como órgão deliberativo uma qualquer moção aqui votada tem sempre o carácter de recomendação, estamos disposto a votar como é feito a proposta como é feita ponto por ponto votar favoravelmente o ponto primeiro da moção aqui apresentada, com estas características de recomendação. Isto na medida em que, racionalmente, a própria proposta que nos é aqui apresentada, com todos os considerandos que estão aqui apresentados justificam e são tendência para a injustificação da existência da Empresa Municipal de Turismo, se a isso acrescermos o relatório que nos são presentes, e creio que todos nos tivemos a oportunidade de olhar para eles. Nós estamos dispostos a votar favoravelmente o ponto, um e abstenho-nos no ponto dois, porque não consideramos que é necessário tomar uma posição e estamos dispostos para ela com toda a clareza e abertura e assumindo a nossa responsabilidade.

E gostaria que toda a gente aqui fosse capaz de o fazer."

Intervenção do deputado Serafim Duarte

"Na última Assembleia, até já na de 28 de Dezembro fizemos uma proposta e votámo-la a consideração e o que não foi aceite pela Mesa da Assembleia sobre a questão do Turismo.

Em 2 de Março voltamos a falar no assunto, na altura fomos sensíveis à proposta feita pelo deputado Maló de Abreu, por uma razão extremamente pragmática e simples.

Para nós eram muito claro, e proponhamos podia ser integrada ou poderia ser extinta, os seus trabalhadores que tinha origem da Câmara deveriam ser integrados na respectiva estrutura.

A proposta do PS, na altura, colocou-nos algumas dúvidas, que era fazer uma proposta que todos os trabalhadores fossem integrados. A nós pareceu-nos, que poderia ser um pouco problemático, porque justamente não conhecíamos duas coisas importantíssimas:

-Quantos trabalhadores estavam integrados na estrutura do Turismo de Coimbra.

-E qual a natureza de vínculo que tinham ou tinham adquirido.

Isso era fundamental por razões óbvias, porque poderíamos estar a dar aval que alguns trabalhadores pudessem entrar pela "*porta do cavalo*" sem concurso, não sabemos muito bem como é que eles lá foram parar. E portanto, havia que esclarecer isto. Penso que esta foi a principal causa, para nós foi de, dizer que na próxima Assembleia haverá um relatório circunstanciado nomeadamente em relação a essas questões.

Quantos trabalhadores são.

Que natureza de vínculo é que tem.

Para se poder ponderar uma atitude com seriedade e ponderando todas as questões.

Confesso que fiquei algo perplexo, pensava eu quando recebi a documentação toda, que se iria resolver a extinção ou não.

Já aqui foi dito por outro deputado, lamento só recebermos isto no dia da própria Assembleia e fui confrontado com estas três propostas.

Alguém me segredou que já tinha saído na imprensa, devo confessar que sou um homem ocupado, nem tenho tempo para ler a imprensa diária nem sou obrigado.

Se já saiu na imprensa mais uma razão para isto ser entregue atempadamente às mãos dos deputados, como é óbvio.

Houve uma intenção deliberada por parte do Executivo, penso que isto foi uma jogada para se adiar isto, não sei com que intenção. Também me custa a crer que seja por perplexidade, que o Executivo não saiba ainda o que fazer à Empresa de Turismo do Coimbra.

Chegarmos aqui, não será por a nossa parte, mais 3 meses de vida que a Empresa Turismo de Coimbra virá mal ao mundo, fazendo votos para que realmente se tome uma decisão séria e fundamentada como disse o deputado Maló na próxima Assembleia."

Intervenção do Presidente da Assembleia

"Chamo a atenção do seguinte:

O que é proposto aqui é a extinção até ao fim de 2011. O que está proposto é um estudo que eu não li, eu falo por mim, eu quero ter um estudo, porque não é adiada a extinção, prefiro votar em consciência do que votar hoje.

Sendo possível adiar o prazo até ao fim de 2011 e ter uma posição ponderada, com um estudo, prefiro votar em consciência do que a votar sem consciência, num sentido ou no outro, acho que no fundo dignificamos à Assembleia tendo um estudo, porque não é nada adiado.

Mais vale ponderarmos e votarmos em consciência do que estar hoje sem vantagem porque o que está previsto é Dezembro de 2011.

Não percebo qual é a razão de se ter que votar hoje."

Intervenção do Presidente de Junta de Freguesia de S. Bartolomeu:

Senhor Presidente porque este ponto é quente e merece reflexão.

Trazia duas recomendações ao Executivo, na pessoa do Senhor Presidente da Câmara.

Entendo que, para este processo ser transparente e para não deixar dúvidas de espécie alguma que:

1- O vereador com a responsabilidade deste pelouro, que deveria ordenar esse estudo;

2- e para que não deixassem qualquer suspeição, que no decorrer desse estudo, fosse também pedida uma auditoria às contas da Empresa Municipal de Turismo.

Deixo esta recomendação ao Senhor Presidente da Câmara e levá-las em boas consideração.

Isto é para não deixar nuvens nem suspeições, seja a quem for.

Portanto, gostaria que este meu apelo fosse levado em boa consideração."

Intervenção do Presidente da Câmara

Eu na última Assembleia Municipal, disse-o aqui e repito a permanência para mim pessoalmente e penso que da maioria do que aqui estão, o continuar ou não da Empresa Municipal do Turismo não é tabu, é um assunto que deve ser trabalhado, deve ser discutido e deve ser estudado.

Eu ouvi à poucos meses atrás, um membro do actual Governo uma Ministra a propósito da fusão dos Hospitais de Coimbra, ouvi uma frase lapidar, da qual eu não posso deixar de discordar.

Primeiro decide-se as medidas dos hospitais e depois vai-se estudar, acho que a política não deve ser feita desta maneira.

Só quero colocar algumas considerações o que implica fechar uma Empresa Municipal.

Que compromissos tem esta Empresa Municipal para este ano e para o próximo ano? Alguns dos senhores sabem?

O que acontece aos trabalhadores da empresa, o que acontece à integração do Turismo com resultados transitados quando a empresa se extingue.

Há todas estas perguntas que, é necessário haver uma resposta.

È aqui à Assembleia que perante uma proposta que o Executivo formulará, depois de mandar elaborar o estudo de analisar o que lá está, ele próprio o Executivo votar, por fim numa proposta de extinção ou não, seja lá qual for, nós Executivo decidirá qual é a ideia e futuro daquela empresa.

Depois, essa proposta que virá naturalmente à Assembleia e os Senhores dirão se concordam ou não com ela

Estas são as regras normais da democracia, acho mais importante de que tudo é estudar bem esta questão, porque é uma questão com demasiadas implicações para ser levemente e rapidamente focada numa Assembleia Municipal e despachada.

Estas coisas têm de ser feitas com cabeça, tronco e membros.

É isto, que a Câmara decidiu está aí, é uma proposta, que eu fiz à Câmara que a Câmara aprovou por maioria, estamos a tratar de arranjar equipa para fazer o estudo, o estudo estará pronto no prazo de 90 dias, nessa altura a Câmara deliberará o que é que entende qual é a sua opinião o que deve acontecer à empresa e depois virá à Assembleia Municipal a proposta da Câmara e a Assembleia decidir sobre isso.

Inclusiva todas as questões financeiras, ligadas ao Turismo de Coimbra, eu diria, uma vez que alguém levante qualquer véu de suspeita sobre o que quer que seja, este estudo tem que ser evidentemente acompanhado e tem que ser incluído em si mesmo, uma auditoria financeira ao conjunto, para mim absolutamente evidente, para que todos ficamos descansados certamente é o que vai acontecer, para que assim seja é bom que este trabalho seja realizado.

Portanto, só com base nesse conjunto de elementos é que a Câmara sentiu que estava em condições de tomar uma decisão, vai tomá-la a seu tempo, certamente antes do fim do ano.

A hipótese de encerrar até ao fim do ano tempos muito tempo de o fazer, mas com base num trabalho minimamente sério."

Intervenção do deputado André Oliveira

"Senhor Presidente, em primeiro lugar antes de o questionar directamente, tenho que só fazer dois comentários.

Em primeiro lugar o PS, isto foi levantado pelo Bloco de Esquerda no dia 28 de Dezembro de 2010, não foi levantado pela Câmara Municipal. Pela Câmara Municipal estava tudo bem, nunca houve nenhum problema com a Empresa Municipal de Turismo, teve de ser à Assembleia Municipal a discutir, mas é para isso que aqui estamos.

Em segundo lugar tenho de responder ao que aqui foi referido.

O deputado da CDU vem referir que temos duas posições em assuntos completamente distintos. Não, não temos. Nós entendemos e questionámos que a Câmara tinha ouvido parceiros sociais, parceiro sociais é importante, penso que para a CDU também o são.

Mas há aqui uma questão diferente, quando nós importamos um balanço este balanço está claro aos olhos de todos, estamos numa situação de falência técnica, não deixa dúvida.

Por outro lado o senhor deputado aqui não tenho nenhuma dúvida em questão à sua formação olha para o Plano de Actividades do Turismo de Coimbra e vê que é bastante desolador e que fica aquém de todas as expectativas para Coimbra.

Portanto, para mim parece-me que efectivamente as coisas não estão bem.

Não me parece Dr. Maló que, o PS apresente as coisas de forma leviana. O que me parece é que não é correcto estarmos aqui há 3 meses atrás que hoje íamos discutir o futuro da Empresa Municipal de Turismo, e que hoje aqui não vem um estudo, e que está aqui a sua moção que apresentou que não deixa dúvidas a ninguém, em que diz que apresentava um estudo. É certo é que esse estudo não existe e andamos a adiar mais uma vez mais 3 meses.

Agora estamos mais uma vez a empurrar, e a chutar para canto a questão da Empresa Municipal de Turismo. Tenho uma pergunta importante para fazer para a posição do PS.

O senhor Presidente pediu as informações convenientes à Turismo de Coimbra? Se o Partido Socialista retirar a moção o Senhor Presidente compromettesse, atenção o prazo está em 2011, porque nós não a queremos extinguir amanhã, temos bom-senso.

Pode ser extinguida daqui a 2 meses 3, 4 ou 5 e naturalmente que os compromissos que existem tem de transitar para o gabinete de turismo como está previsto na moção apresentada pelo PS e na segunda solução apresentada pelo Senhor Presidente, por isso os compromissos iriam transitar sempre.

Não me parece que as coisas sejam apresentadas em cima do joelho, e também não é por falta de aviso dos vereadores do Partido Socialista tem tido uma posição muito firme sobre este assunto.

Portanto, faço duas questões repito:

1-Se foi solicitada informação ao Turismo de Coimbra sobre esta matéria, para a realização desse mesmo estudo.

2-Se efectivamente de hoje a 3 meses, que será a próxima Assembleia Municipal se temos aqui uma solução concreta para o Turismo de Coimbra."

Ponto 20 - Coimbra Iparque - isenção de IMI:

Para este processo a Assembleia Municipal de Coimbra, sob proposta da Câmara datada de 18 de Abril do corrente ano, deliberou por unanimidade, nos termos da alínea h) do nº2 do artº53º da Lei nº169/99, de 18 de Setembro, com a redacção introduzida pela Lei nº5-A/2002, de 17 de Janeiro, e nos termos dos artºs 11º e 12º da Lei nº2/2007, de 15 de Janeiro, aprovar a isenção de Imposto sobre Imóveis (IMI), requerida pela "Coimbra Iparque" Parque de Inovação em Ciência, Tecnologia, Saúde, SA, pelo período de três anos, com efeitos a partir da data da deliberação desta Assembleia Municipal.

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

Ponto 21 - Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado em Reabilitação Urbana "Coimbra Viva I":

Relativamente ao processo mencionado em epígrafe, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, e em minuta para efeitos imediatos, aprovar o teor da proposta da Câmara Municipal datada de 18 de Abril do corrente ano, que consta do seguinte:

"Para este assunto foi presente a informação nº 13632, de 12/04/2011, da Chefe da Divisão de Informação Geográfica e Solos, que mereceu parecer do Director Municipal de Administração do Território em 13/04/2011 e que ora se transcreve:

1. Enquadramento

A Coimbra Viva – SRU – Sociedade de Reabilitação Urbana pretende constituir um Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado em Reabilitação Urbana, conforme foi apresentado ao Executivo Municipal, na Reunião de Câmara do pretérito dia 21 de Março. Este Fundo destina-se a permitir a reabilitação urbana da designada primeira unidade de intervenção, definida de acordo com o Decreto-Lei n.º 104/2004. Nesta zona, segundo os levantamentos realizados há cerca de três anos, a soma dos imóveis classificados como em mau estado de conservação é considerável.

Neste sentido, a Fund Box – Sociedade Gestora de Fundos de Investimentos, SA vem convidar a Câmara Municipal de Coimbra a participar no Fundo, a subscrever unidades de participação do Fundo, a qual deverá ser liquidada em espécie, com a integração no Fundo de imóveis propriedade do Município de Coimbra.

A presente informação destaca a proposta de tal integração e a emissão de parecer sobre os valores atribuídos aos prédios a integrar no Fundo.

2. Análise

2.1 - Proposta de integração

Dado que na Reunião de Câmara de 21 de Março, não foi efectuada nenhuma proposta de integração por parte do Município de Coimbra no Fundo e não pretendendo julgar da oportunidade de propor tal integração, entendemos dever elencar alguns elementos que habilitem o Executivo Municipal a tomar tal decisão:

A gestão de fundos imobiliários é, nos termos da lei, exercida por uma Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário - S.G.F.I.I., entidade que tem por objecto exclusivo a administração, em representação dos Participantes, dos vários Fundos de Investimento que tenha sobre gestão, sendo certo que esta forma de parceria é a melhor garantia para o ente público do respeito pela prossecução dos objectivos de rentabilização e valorização do património que integra o fundo.

No caso presente, a gestão do Fundo, ficará exclusivamente a cargo da Fund Box – Sociedade Gestora de Fundos de Investimentos, SA, conforme projecto de Regulamento de Gestão, que se anexa.

Relativamente à constituição deste Fundo, salientamos os seguintes pontos:

Objectivos do Coimbra Viva I – vocacionado para a regeneração, construção e revenda. O Fundo vai substituir-se aos actuais proprietários na execução dos trabalhos mencionados, não havendo lugar a qualquer especulação.

Fundo fechado – apenas os prédios desta unidade de intervenção podem ser integrados no fundo.

Valor unitário das unidades de participação (UP) – 10,00 €.

Rentabilidade, de risco – 6,45%

Investimento previsto – 18 milhões de euros durante dois anos (fase das obras). Destes, 16,7 milhões de euros são para intervenção e estacionamento, e estima-se que vão valer 31 milhões de euros.

2.2 – Valoração dos prédios

Tendo-nos sido solicitada pelo Exmº Sr. Vereador Prof. Doutor João Orvalho, a emissão de uma Opinião de Valor (sem vistoria e sem relatório) sobre os imóveis, propriedade deste Município, que foram objecto da avaliação apresentada pela Prime-Yeld – Consultadoria e Avaliação Imobiliária, cumpre-nos informar o que adiante segue.

A avaliação mencionada foi realizada a pedido da Fund Box – Sociedade Gestora de Fundos de Investimentos, SA e da Coimbra Viva – SRU – Sociedade de Reabilitação Urbana, em Abril de 2010 e destinou-se a determinar o valor de mercado dos imóveis, definido como “a estimativa do montante mais provável pelo qual, à data da avaliação, o imóvel poderá ser transaccionado entre um vendedor e um comprador decididos, em que ambas as partes actuaram de forma esclarecida e prudente, e sem coacção”.

Enquadramento legal:

As avaliações para os fundos imobiliários são executadas de acordo com o estipulado no regulamento n.º 8/2002 da CMVM - Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, com as alterações introduzidas pelo Regulamento da CMVM n.º 1/2009, que se anexa.

Por outro lado, as avaliações para fundos de investimento imobiliário são feitas por entidades certificadas pela CMVM nos termos do Regulamento da CMVM n.º 2/2007 (alterado pelo Regulamento da CMVM n.º 3/2010).

Ao exigir-se que as avaliações sejam realizadas por critérios específicos e por entidades credenciadas está-se a tentar impor transparência nas avaliações, dado que todas as avaliações são executadas com os mesmos critérios.

No caso em estudo, para além dos Regulamentos supra mencionados foram ainda levadas em consideração as normas de avaliação emanadas pelo RICS – Royal Institution of Chartered Surveyors (RICS Valuation Standards 6ª edição (The Red Book)). O avaliador que subscreve as avaliações, Nelson Rêgo, Director Geral da entidade que procedeu à avaliação, Prime-Yeld – Consultadoria e Avaliação Imobiliária, está registado na CMVM, para além de ser membro do RICS.

Metodologia de avaliação utilizada:

A avaliação foi realizada com base no estudo da documentação fornecida (inscrições matriciais, descrições prediais, plantas de arquitectura/mapas de áreas, mapa de rendas actuais, autos de vistoria/fichas técnicas e uma Memória Descritiva elaborada pela Coimbra Viva – SRU) e com visita aos imóveis seguida de pesquisa e prospecção de mercado. Com base nestes elementos foram definidos os métodos de avaliação a utilizar, a saber:

- Método Comparativo de Mercado,

- Método do Rendimento,
- Método do Custo.

Não nos foram fornecidos os quadros de homogeneização de onde foram obtidos os valores usados como referência.

Do Relatório de Avaliação, realçam-se os seguintes elementos:

Método comparativo:

Habitação: Varia de 1500 €/m² a 2000 €/m²

Comércio: Varia de 1500 €/m² a 2250 €/m²

Serviços: 1500 €/m²

Método comparativo (após obras):

Habitação: 1750 €/m²

Comércio: 2000 €/m²

Serviços: 1500 €/m²

Método do rendimento:

Taxa de capitalização anual:

Comércio: 8%

Habitação: 5,5%

Método do custo:

Terreno: 1875 €/m²

Construção comércio: 550 €/m²

Construção habitação: 750 €/m²

Encargos de Comercialização e Marketing: 5% do custo de construção

Projectos e Fiscalização: 5% do custo de construção

Taxas e Licenças: 5% do custo de construção

Encargos Financeiros: 5% do custo de construção

Margem de Promoção: Varia de 16% a 36%

Tendo consultado os portais imobiliários habitualmente utilizados nestas pesquisas (Casa Sapo, CasaYes e BPI Imobiliário) e apesar de já ter decorrido um ano sobre a data da avaliação, ainda nos foi possível encontrar alguns dos imóveis constantes da prospecção de mercado e os valores conferem com os indicados no quadro de prospecção, pelo que se conclui que a pesquisa e prospecção de mercado são reais e foram executadas.

Na Tabela 1 apresentam-se os imóveis propriedade do Município de Coimbra objecto de inclusão no Fundo. Apresenta-se igualmente planta cadastral com os imóveis assinalados.

Na Tabela 2 faz-se uma comparação entre o valor dos imóveis, de acordo com o constante no Inventário da Câmara Municipal de Coimbra, o seu provável valor de mercado no estado actual e o valor potencial após as obras.

Para cada um dos imóveis, o valor obtido por m² é idêntico, seja qual for o método de avaliação utilizado. Os valores atribuídos aos prédios do Município de Coimbra são semelhantes aos de outros imóveis comparáveis, de outras entidades, e que também vão integrar o Fundo.

A avaliação dos imóveis no estado actual é largamente superior ao valor constante no Inventário de Bens Imóveis Municipais (cerca de 2,38 vezes). Embora a prédio P24, sito na Rua Direita, n^{os} 85 a 89, tenha sido avaliado por valor inferior ao valor de aquisição pelo Município de Coimbra, no conjunto dos prédios é caso único (92 500 € vrs. 63 250 €). Poderá ser equacionado aceitar-se o valor proposto pela Fund Box 1.859.093,76 € ou o valor de 1.888.343,76 € (1.859.093,76 € + 92.500 €- 63.250 €), se se entender

não aceitar que seja integrado no Fundo um prédio avaliado por um valor inferior ao que a Câmara Municipal tem registado. Contudo, pela prospecção de mercado, sumária, que efectuámos somos de opinião que os valores globais são ajustados aos valores de mercado.

Da Tabela 2, também se pode concluir que o valor potencial dos imóveis, após obras, é 9,96 vezes superior ao valor constante no Inventário de Bens Imóveis Municipais. A este valor, a confirmar-se, haverá que deduzir os encargos da sociedade gestora do Fundo e do banco depositário, conforme consta no projecto de Regulamento de Gestão supra mencionado.

Com base nestes elementos o valor actual dos imóveis propriedade do Município de Coimbra estimado pela Prime-Yeld, foi de 1.859.093,76 € (um milhão, oitocentos e cinquenta e nove mil e noventa e três euros, e setenta e seis cêntimos). Este valor deverá ser convertido em UP, nos termos do Regulamento.

3. Conclusão

Em face do exposto e dos esclarecimentos prestados, na Reunião de Câmara de 21 de Março, p.p., pelo Presidente do Conselho de Administração da Coimbra Viva - SRU, Sr. Eng^o João Paulo Craveiro, sugere-se a V. Ex^a que superiormente seja ponderada a oportunidade de adesão a este Fundo, concordando a signatária com o valor atribuído aos imóveis propriedade do Município de Coimbra, estimado pela Prime-Yeld – Consultadoria e Avaliação Imobiliária.

No caso de superiormente se decidir aceitar o convite efectuado pela Fund Box – Sociedade Gestora de Fundos de Investimentos, SA, o presente processo deverá ser remetido à Assembleia Municipal de Coimbra, nos termos do art^o 53^o da Lei 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

A integração no Fundo dos imóveis propriedade do Município de Coimbra no Fundo de Investimento Imobiliário, está sujeito a visto do Tribunal de Contas, nos termos da Lei 98/97, de 26 de Agosto, alterada pela lei 48/2006, de 29 de Agosto e Lei 35/2007, de 13 de Agosto.”

Ponto 22 - Instituto de Desporto de Portugal - Piscina de Celas - renovação do direito de superfície:

A Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara datada de 18 de Abril, deliberou, por unanimidade e em minuta para efeitos imediatos, renovar o direito de superfície ao IDP – Instituto do Desporto de Portugal, IP, relativamente ao terreno onde se encontra instalada a Piscina de Celas, por mais 10 anos, ou seja, até 13 de Abril de 2021.

ADENDA

-Coimbra Inovação Parque - aumento de capital mediante a conversão de crédito:

A Assembleia Municipal de Coimbra, sob proposta da Câmara datada de 4 de Abril do corrente ano, deliberou por unanimidade, autorizar a Câmara Municipal de Coimbra a aumentar a sua participação no capital social da sociedade "Coimbra Iparque" Parque de Inovação em Ciência, Tecnologia,

Saúde, E.M. SA, -.aumento esse no montante de €1.677.380,00 (um milhão seiscentos e setenta e sete mil trezentos e oitenta euros) - mediante a conversão do crédito resultante da venda de terrenos realizada em 4.01.2010.

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

-Concessão da Rede de Iluminação Pública no Município de Coimbra.

Retirado para a próxima Assembleia

Aprovação de acta:

Previamente distribuída a minuta da acta da última Assembleia realizada a 12 de Janeiro, foi a mesma aprovada, por unanimidade.

E sendo 20.00 horas, o Presidente da Assembleia Municipal, declarou encerrada a sessão, a qual se lavrou a presente acta que será previamente distribuída a todos os membros da Assembleia Municipal para posterior aprovação.